

RESOLUÇÃO Nº 21/REIT - CEPEX/IFRO, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, *Campus Ariquemes*.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Estatuto e, considerando o Processo nº 23243.001021/2018-22, considerando ainda a aprovação unânime do CEPEX, durante a 14ª Reunião Ordinária, em 11/12/2018;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio (MedioTec) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, *Campus Ariquemes*, anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

UBERLANDO TIBURTINO LEITE

Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.



Documento assinado eletronicamente por **Uberlando Tiburtino Leite, Reitor**, em 20/09/2019, às 19:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0696567 e o código CRC FF69CE3B.

ANEXO I À RESOLUÇÃO Nº 21, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019

PPC TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE
CAMPUS ARIQUEMES - [LINK - 0392378](#)



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR I
INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO
CAMPUS ARIQUEMES

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO
TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO
CAMPUS ARIQUEMES

Ariquemes/RO - 2017



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

Comissão Responsável pela Elaboração do PPC:

Izaqueu Chaves de Oliveira
Cláudio Júnior Andrade Ribeiro
Liduina Kenya Fernandes Januário

Ariquemes/RO - 2017



LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: DADOS GERAIS DO IFRO (REITORIA)	7
QUADRO 2: REITOR E PRÓ-REITORES DO IFRO.....	7
QUADRO 3: DADOS GERAIS DO CAMPUS E DO POLO EAD	7
QUADRO 4: DIRETOR GERAL, DIRETOR DE ENSINO E DA COORDENAÇÃO DE POLO EAD	8
8QUADRO 5: DADOS GERAL DO POLO EAD.....	8
QUADRO 6: DADOS GERAIS DO CURSO	8
QUADRO 7: COMPONENTES CURRICULARES	27
QUADRO 8: MATRIZ CURRICULAR	29
QUADRO 9: PLANO DE ATIVIDADES EAD	63
QUADRO 10: TITULAÇÃO DO COORDENADOR DO CURSO	74



SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	3
APRESENTAÇÃO	6
I. DADOS PRELIMINARES DO CURSO E DA IES	7
3. DADOS DA UNIDADE DE ENSINO – <i>CAMPUS</i>.....	7
4. DADOS DOS DIRIGENTES DA UNIDADE DE ENSINO – <i>CAMPUS</i>.....	8
6. DADOS GERAIS DO CURSO A SER IMPLANTADO	8
1.1 BREVE HISTÓRICO DO IFRO	8
1.2 MISSÃO, VISÃO E VALORES DO IFRO	10
1.2.1 Missão.....	10
1.2.2 Visão	10
1.2.3 Valores	11
1.3 BREVE HISTÓRICO DO CAMPUS	11
DIMENSÃO 1 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO	12
1.1. DO CONTEXTO EDUCACIONAL	12
1.2 DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) NO ÂMBITO DO CURSO	17
1.3. OBJETIVOS DO CURSO	24
1.4. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO: COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	25
1.5. ESTRUTURA CURRICULAR.....	29
1.6. CONTEÚDOS CURRICULARES DO CURSO	30
1.6.1. Especificação dos componentes curriculares	30
1.6.2. Coerência dos conteúdos curriculares com o perfil desejado do egresso	31
1.6.3. Coerência dos Conteúdos Curriculares face às Diretrizes Curriculares da Educação Profissional Técnica.....	32
1.6.4 Plano de Disciplina.....	34
1.8. PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA	66
1.9. APOIO AO DISCENTE	68
1.10. ATIVIDADES DE EAD	68
1.11 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	69



1.11. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM	71
1.13. NÚMERO DE VAGAS.....	72
1.14. PROMOÇÃO, RETENÇÃO E RECUPERAÇÃO	72
DIMENSÃO 2 - CORPO DOCENTE.....	73
2.2. ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DO CURSO	73
2.3. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DE MAGISTÉRIO EM CURSOS PROFISSIONALIZANTES E DE GESTÃO DO COORDENADOR DO CURSO	76
2.4. REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO	76
2.5. CORPO DOCENTE.....	76
2.6. TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE	76
2.7. REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE	76
2.8. FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE CLASSE	77
DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA.....	77
3.1. GABINETES DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO E PROFESSORES	77
3.2. SALAS DE AULA.....	77
3.3. ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	78
3.4. BIBLIOGRAFIA BÁSICA	78
3.5. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.....	78
3.6. PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS	79
3.7. LABORATÓRIOS DIDÁTICOS E ESPECIALIZADOS.....	79
3.7.1. Plano de atualização tecnológica, serviços e manutenção dos equipamentos	79
3.7.2. Infraestrutura de laboratórios específicos da área de formação.....	80
DIMENSÃO 4 – REQUISITOS LEGAIS	80
4.1.1. Normativas internas	81
4.1.2. Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étno- raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena Erro! Indicador não definido.	
4.2. DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	81
4.3. PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.....	82
4.4. TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO	82
4.5. ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA	82
4.6. ACESSIBILIDADE PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL	83



4.7 ACESSIBILIDADE PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA	83
4.8 INFORMAÇÕES ACADÊMICAS	84
DIMENSÃO 5 – DOS TEMAS GERAIS E DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	84
5.2 ORGANIZAÇÕES DO CONTROLE ACADÊMICO.....	86
5.3 SETORES DE APOIO PEDAGÓGICO E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	87
5.3.1 Diretoria de Ensino (DE)	88
5.3.1.1 Departamento de Apoio ao Ensino (DAPE)	88
5.3.1.2 Coordenação de Assistência ao Educando (CAED).....	88
5.3.1.3 Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA)	89
5.3.1.4 Coordenação de Biblioteca (CBIB)	89
5.4. DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO (DEPEX)	89
5.5. DEPARTAMENTO DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO (DEPESP)	90
5.6. COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (CGTI)	90
5.7. NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS (NAPNE).....	90
5.8. POLÍTICAS ESPECIAIS DO IFRO	91
5.9. CERTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO DE CURSO	92
5.10.ACESSO A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PELOS DOCENTES	92
6. REFERÊNCIAS.....	93

APRESENTAÇÃO

Este documento constitui-se do Projeto Pedagógico do Curso Técnico de nível médio em Segurança do Trabalho, relacionado no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), na forma concomitante ao ensino médio, na modalidade de educação à distância (EAD), destinada a estudantes que desejam obter habilitação profissional, além da formação geral para o trabalho.

O projeto tem como objetivo, na sua forma mais ampla, a construção, contextualização e aplicação de diretrizes pedagógicas necessárias para implantação do curso técnico em Segurança do Trabalho. Organizado sob uma estratégia dialógica, levando em consideração os desafios da educação técnica diante das transformações sociais e econômicas observadas na atualidade.

Nesse contexto, o Instituto Federal de Rondônia (IFRO), passa a ofertar o curso em nível técnico, concomitante com o ensino médio. Tendo como público alvo, estudantes do ensino médio da rede pública de ensino, matriculados em turno diferente daquele que será ofertado o curso.

O exercício da profissão de Técnico em Segurança do Trabalho foi definido pela Lei Federal Nº 7.410, de 27 de novembro de 1985, sancionada pelo presidente a época, José Sarney. Regulamentada Ministério do Trabalho por meio da PORTARIA N.º 3.275, DE 21 de setembro de 1989.

A concluir o curso técnico em Segurança do Trabalho, o educando estará qualificado para prestar serviço de atendimento especializado ao cliente. Dentro das várias atribuições conferidas a este profissional, podem ser citadas:

- informar o empregador, através de parecer técnico, sobre os riscos exigentes nos ambientes de trabalho, bem como orientá-los sobre as medidas de eliminação e neutralização;
- informar os trabalhadores sobre os riscos da sua atividade, bem como as medidas de eliminação e neutralização;
- analisar os métodos e os processos de trabalho e identificar os fatores de risco de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho e a presença de agentes ambientais agressivos ao trabalhador, propondo sua eliminação ou seu controle.

Estão presentes como marco orientador dessa proposta, as diretrizes institucionais explicitadas no Projeto Pedagógico, traduzidas nos objetivos desta

instituição e na compreensão da educação como uma prática social transformadora, as quais se materializam na função social do IFRO que se compromete a promover formação humana integral por meio de uma proposta de educação profissional e tecnológica que articule ciência, trabalho, tecnologia e cultura, visando à formação do profissional-cidadão crítico-reflexivo, competente e eticamente comprometido com as transformações da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça social.

A estrutura que orientará a prática pedagógica do curso técnico em Segurança do Trabalho ofertada pelo IFRO - *Campus Ariquemes*, é apresentado a seguir, não de forma rígida e permanente, mas acessível a posteriores contribuições e aprimoramentos.

I. DADOS PRELIMINARES DO CURSO E DA IES

1. Dados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

Quadro 1: Dados Gerais do IFRO (Reitoria)

Nome	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.	Sigla	IFRO
CNPJ	10.817.343/0001-05		
Lei	Lei nº11. 892, de 29 de dezembro de 2008		
Logradouro	Avenida Sete de Setembro	Nº	2090
Bairro	Nossa Senhora das Graças	Cidade	Porto Velho
Estado	Rondônia	Cep	76.804-124
E-Mail	reitoria@ifro.edu.br	Fone	(69) 2182 - 9601

2. Dirigentes ligados a Reitoria

Quadro 2: Reitor e Pró-reitores do IFRO

Reitor	Uberlando Tiburtino Leite
Pró-reitor de Ensino	Moisés José Rosa Souza
Pró-reitor de Pesq. e Inov. e Pós-Graduação	Gilmar Alves Lima Júnior
Pró-reitor de Extensão	Maria Goreth Araújo Reis
Pró-reitor de Administração	Jéssica Cristina Pereira dos Santos
Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional	Maria Fabíola Moraes da Assumpção Santos

3. Dados da Unidade de Ensino – *Campus*

Quadro 3: Dados Gerais do Campus

Campus	Campus Ariquemes		
Logradouro	Rodovia RO 257, km 13, Sentido Machadinho do Oeste		
Bairro	Zona Rural	Cidade	Ariquemes

Estado	Rondônia	Cep	76.878.899
E-mail	campusariquemes@ifro.edu.br	Fone	(69) 2103-0100

4. Dados dos Dirigentes da Unidade de Ensino – Campus

Quadro 4: Diretor Geral e Diretor de Ensino e Coordenação

Diretor Geral	Osvino Schmidt
Diretora de Ensino	Quezia da Silva Rosa
Coordenação de Polo	Izaqueu Chaves de Oliveira

5. Dados Gerais do Polo EaD

Quadro 5: Dados Gerais do Curso

Polo	Polo EaD Ariquemes		
Logradouro	Rua Rio Madeira, 3644		
Bairro	St Institucional	Cidade	Ariquemes
Estado	Rondônia	Cep	76.872-862
E-mail	Polo.ariquemes@ifro.edu.br	Fone	(69) (69) 3235-2325

6. Dados Gerais do Curso a ser implantado

Quadro 6: Dados Gerais do Curso

Nome do Curso	Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio
Modalidade	EaD
Endereço de Funcionamento do Curso	Rodovia RO 257, km 13, Sentido Machadinho do Oeste, Zona Rural
Número de Vagas Pretendidas	50 vagas
Turno de Funcionamento do Curso	Noturno
Carga Horária Total do Curso	1.300 horas
Tempo Mínimo de Integralização	3 semestres
Tempo Máximo de Integralização	6 semestres
Regime de Matrícula	Semestre

1. DADOS INSTITUCIONAIS

1.1 BREVE HISTÓRICO DO IFRO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criado por meio da

Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que reorganizou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica composta pelas escolas técnicas, agrotécnicas e CEFETs, transformando-os em 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia distribuídos em todo o território nacional.

É uma Instituição que faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, centenária, que surgiu como resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia, à época com previsão de implantação de unidades em Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes e Vilhena, e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste.

O IFRO é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi. Especializa-se em oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino para os diversos setores da economia, na realização de pesquisa e no desenvolvimento de novos produtos e serviços, com estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade, dispondo mecanismos para educação continuada.

Marcos Históricos do Instituto Federal de Rondônia:

- 1993: Criação da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e das Escolas Técnicas Federais de Porto Velho e Rolim de Moura por meio da Lei 8.670, de 30/6/1993. Apenas a Escola Agrotécnica Federal de Colorado foi implantada.
- 2007: Criação da Escola Técnica Federal de Rondônia por meio da Lei 11.534, de 25/10/2007, com unidades em Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná e Vilhena;
- 2008: Autorização de funcionamento da unidade de Ji-Paraná, por meio da portaria 707, de 9/6/2008, e criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), por meio da Lei 11.892, de 29/12/2008, que integrou em uma única Instituição a Escola Técnica Federal de Rondônia e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste;
- 2009: Início das aulas e dos processos de expansão do IFRO;
- 2010: Implantação do *Campus* Porto Velho e início de suas atividades.



O *campus* passou a denominar-se Porto Velho Calama em 2011.

- 2011: Implantação de Polos de Educação à Distância e dos primeiros cursos da modalidade no IFRO;
- 2012: Implantação do *Campus* Porto Velho Zona Norte, temático, para gestão da EaD;
- 2013: Início das construções do *Campus* Guajará-Mirim e processo de implantação de mais dois *campi* avançados;
- 2013: Instalação de 12 polos EaD;
- 2014: Expansão de 12 polos EaD, passando para 24 unidades.
- 2015: Foi implantado o *Campus* Binacional de Guajará-Mirim, na cidade de Guajará-Mirim, na fronteira com a Bolívia;
- 2016: Implantação do *Campus* Avançado Jaru. A autorização de funcionamento da unidade foi efetuada pela Portaria MEC nº 378, de 9 de maio de 2016.
- 2017: Elevação de Status do *Campus* Avançado Jaru para Campus Jaru pela Portaria MEC 1.053, de 05 de Setembro de 2017.

O Instituto Federal de Rondônia está fazendo investimentos substanciais na ampliação de seus *campi* e de sua rede. Para o ano de 2017 a configuração é esta: uma Reitoria; nove *campi* implantados: Porto Velho Calama, Porto Velho Zona Norte, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena, Colorado do Oeste, Guajará-Mirim e Jaru.

1.2 MISSÃO, VISÃO E VALORES DO IFRO

1.2.1 Missão

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, tem como Missão, promover educação científica e tecnológica de excelência no Estado de Rondônia voltada à formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento e a sustentabilidade da sociedade.

1.2.2 Visão

Tornar-se padrão de excelência no ensino, pesquisa e extensão na área de Ciência e Tecnologia.

1.2.3 Valores

Nas suas atividades, o IFRO valorizará o compromisso ético com responsabilidade social, o respeito à diversidade, à transparência, à excelência e à determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão e atos consonantes com os preceitos da ética pessoal e profissional, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação e com os ideais de sustentabilidade social e ambiental.

1.3 BREVE HISTÓRICO DO CAMPUS

O *Campus* Ariquemes foi criado em 2009, mediante a transferência, ao IFRO, da Escola Média de Agropecuária (EMARC), subsidiada pela Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (CEPLAC). A área possui 300 hectares e algumas instalações físicas, das quais algumas necessitavam de reforma ou substituição, para atender às demandas da nova configuração da unidade educativa. O ambiente é apropriado à produção agropecuária e à instalação do agronegócio, haja vista a qualidade do solo, os índices de precipitação pluviométrica e as reservas naturais existentes.

A sede do *Campus* localiza-se na Rodovia RO 257, km 13, no sentido Ariquemes a Machadinho do Oeste.

As atividades do *Campus* Ariquemes foram iniciadas em março de 2010, com Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio (Agropecuária, Alimentos e Informática, sendo os dois primeiros em turno integral); no segundo semestre do ano foram iniciadas as aulas do Curso Técnico em Aquicultura Subsequente ao Ensino Médio. A partir do segundo semestre de 2011 teve início o Curso de Licenciatura em Biologia. Ao fim de 2012, teve início o curso de pós-graduação *Latu sensu* em Informática na Educação e em 2015 o curso de pós-graduação *Latu sensu* em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade e Inclusão Social. No primeiro semestre de 2014 teve início o Curso Técnico Integrado em Suporte e Manutenção em Informática.

Em 2018 inicia-se o curso superior Bacharelado em Agronomia, de modo a atender a uma demanda crescente de alunos interessados na verticalização e a uma maior diversificação de seus cursos.

O ingresso nos cursos ofertados pelo *campus* Ariquemes ocorre periodicamente com edital específico conforme o nível de ensino e modalidade

oferecido, sendo que:

- Para cursos Técnicos Integrados e subsequentes ao Ensino Médio o ingresso ocorre exclusivamente por meio de processo seletivo onde o critério de seleção são as notas das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática;
- Para os cursos de graduação, metade das vagas segue o mesmo critério dos cursos Técnico Integrados ao Ensino Médio e a outra metade, é disponibilizada através do SISU.
- Para os cursos Técnicos concomitantes ao ensino médio o processo de seleção ocorre conforme demanda em parceria com outras instituições, De modo geral a parceria é feita com a Secretaria Estadual de educação do estado de Rondônia (SEDUC). O demandante (SEDUC) é o responsável no levantamento e necessidade do Curso e inscrições dos candidatos. O ofertante (IFRO) é responsável pela matrícula e oferta do Curso.

DIMENSÃO 1 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO

1.1. DO CONTEXTO EDUCACIONAL

1.1.1 Dados populacionais da região

O Estado de Rondônia conta com uma população de 1.562.409, segundo o censo demográfico 2010 realizado pelo IBGE, com estimativa populacional em 2017 de 1.805.788 habitantes. O município de Ariquemes possui uma população de 90.353 habitantes (censo 2010) e uma população estimada 2017 de 107.345 habitantes, de acordo com as informações do IBGE/2017.

1.1.2 Demanda pelo Curso

Os cursos ofertados pelo MedioTec estarão dentro de um universo mapeado, proporcionando maior sinergia entre esses cursos e a demanda. Segundo a Secretária de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação e Cultura (MEC) Eliane Carneiro, foi elaborado um mapa pelos ministérios e as vagas ofertadas estão de acordo com as demandas de mercado levantadas nesses mapas.

Sendo assim a qualificação proporcionada por meio dos cursos do MedioTec visa proporcionar uma formação profissional que dê ao educando uma possibilidade real de inserção no mercado de trabalho local.

1.1.3 Da Justificativa do Curso

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação promove a ampliação de vagas na educação técnica e profissional por meio da Educação a Distância. Em 2007 foi lançado o sistema Rede e-Tec Brasil visando à oferta de educação profissional e tecnológica à distância. Com o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Onde os cursos seriam ministrados por instituições públicas. (BRASIL, 2007).

A oferta dos cursos na Rede e-Tec Brasil estão alinhadas às políticas públicas de educação profissional do Ministério da Educação de modo a proporcionar a qualificação e inclusão dos jovens brasileiros no mundo do trabalho, (BRASIL, 2007).

O mundo contemporâneo vem passando por diversas transformações em seu modelo de produção. Essas transformações consolidaram novas práticas de produção, comercialização e consumo de bens e serviços, cooperação e competição entre os agentes. Essas práticas apoiam-se em novos saberes e competências, em novos aparatos e instrumentais tecnológicos, tanto como em novas formas de inovar e de organizar o processo produtivo, expressando-se, assim, uma nova economia ou um novo padrão técnico-econômico.

Neste contexto, o técnico em Segurança do Trabalho é o profissional do Eixo Segurança capacitado para analisar os métodos e processos laborais. Identificar fatores de risco de acidentes do trabalho, de doenças profissionais e de trabalho e de presença de agentes ambientais agressivos ao trabalhador. Realizar procedimentos de orientação sobre medidas de eliminação e neutralização de riscos. Elaborar procedimentos de acordo com a natureza da empresa.

Promover programas, eventos e capacitações. Divulgar normas e procedimentos de segurança e higiene ocupacional. Indicar, solicitar e inspecionar equipamentos de proteção coletiva e individual contra incêndio. Levantar e utilizar

dados estatísticos de doenças e acidentes de trabalho para ajustes das ações preventivas. Produzir relatórios referentes à segurança e à saúde do trabalhador.

A sua formação técnica deve possuir características especializadas, com ênfase na formação prática, desenvolvendo capacidade de analisar e diagnosticar situações variadas. Enfatizando as capacidades de raciocínio, avaliação e ponderação em termos estratégicos, operacionais, conceituais e teóricos. Implantar programas de melhoria continuada, buscar redução de riscos, melhorar a qualidade das condições de trabalho, processos de produção, prestação de serviço.

Atuar ao longo de toda cadeia produtiva, de venda e consumo de bens e serviços com foco na redução de acidentes, educação e uso de equipamentos de proteção individual, medicina preventiva e melhoria da qualidade de vida no trabalho.

As exigências para os sujeitos contemporâneos, neste cenário, são cada vez maiores em termos de uma formação que vise o desenvolvimento de habilidades e competências, que considere o homem em todas as suas possibilidades, enquanto sujeito político e produtivo em conformidade com suas necessidades de sobrevivência (FREIRE, 2011).

Partindo desses pressupostos, o curso técnico em Segurança do Trabalho proposto pelo IFRO – Ariquemes é justificado pelo fato de, no Brasil, assim como em Rondônia e, mais especificamente, no município de Ariquemes, haver uma grande carência de profissionais capazes de compreender e atuar nos diversos segmentos que envolvem as atribuições do profissional técnico em Segurança do Trabalho. Além disso, procura também habilitar jovens pertencentes a um contexto social a fim de qualificá-los para ingressar no mercado de trabalho, fortalecendo o desenvolvimento econômico e regional.

Dessa forma, o IFRO - Ariquemes, por meio do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio, visa formar profissionais competentes que sejam capazes de intervir no meio produtivo, reduzindo a exposição dos trabalhadores aos riscos de acidentes, promover educação preventiva de acidentes e doenças de cunho ocupacional, emitir laudos técnicos referentes às condições laborais, dentre outras.

Assim, com base no perfil desejado, observado os aspectos legais estabelecidos pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e, diante das novas exigências sociais, políticas e tecnológicas, é que o IFRO propõe, neste Projeto

Pedagógico, os objetivos, conteúdos, proposta metodológica, proposta de avaliação e de ensino-aprendizagem, bem como a bibliografia mínima necessária, que formam a proposta curricular do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio.

1.1.4 Formas de Acesso ao Curso

As vagas ofertadas através do MedioTec são destinadas aos alunos regularmente matriculados no ensino médio das redes públicas de educação. As Secretarias de Estado de Educação deverão disponibilizar aos estudantes a lista de cursos disponíveis e realizar o processo seletivo por curso.

Por se tratar de uma formação técnica, cuja execução pode variar de 1,5 a 2 anos, sugere-se que as vagas dos cursos técnicos concomitantes sejam destinadas, preferencialmente, aos alunos que tenham concluído o primeiro ano da formação propedêutica.

A seleção do público do MedioTec deve considerar características socioeconômicas (maior vulnerabilidade econômica e social) e as atividades de interesse do jovem e, como critério de desempate, características sociodemográficas (bairro, cidade e região) e meritocracia.

A identificação com as atividades e profissões deverá ser estimulada com o seminário de profissões e outras ferramentas capazes de orientar a escolha do aluno e o auxiliar a construir seu projeto de vida profissional e cidadão.

A característica sociodemográfica deverá ser estudada pela Secretaria Estadual de Educação de forma a beneficiar, prioritariamente, alunos com residência em regiões periféricas e/ou de maior vulnerabilidade social, por mapeamento da violência, entre outros fatores. As características socioeconômicas serão definidas pelo grau de vulnerabilidade social desse aluno, considerando-se fatores como renda familiar, região onde reside, entre outros. Esta seleção será realizada em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) para identificação desta população.

Para contribuir com o processo de inclusão social e produtiva e gerar oportunidades aos jovens com maior grau de vulnerabilidade, a prioridade deve ser dada aos jovens de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e a jovens submetidos a outras vulnerabilidades e riscos sociais que vão além da pobreza. Para

tal, o processo de seleção deverá ser composto de:

- 10% a 20% das vagas preenchidas a partir da Assistência Social, mediante efetivação da matrícula na Secretaria de Educação, voltada para jovens com deficiências e para aquele em situação de vulnerabilidade e risco social; tais como violência, medida socioeducativa, em acolhimento institucional, dentre outras;
- 65% a 75% das vagas preenchidas a partir de uma lista por escola de alunos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família matriculadas no Ensino Médio, encaminhada às Secretarias de Educação pelo MDSA;
- 5% a 25% das vagas preenchidas a partir de critérios estabelecidos pela Secretaria de Educação.

Esse processo de seleção assegura a focalização no público mais vulnerável, ao mesmo tempo em que permite a utilização de outros critérios como distorção idade-série, mérito e interesse do jovem na qualificação, de acordo com a realidade local. A seleção por meio da Assistência Social permite o acesso de jovens com diversas situações de vulnerabilidades, muitas vezes não identificadas na escola, como: adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas; famílias com presença de situação de Trabalho Infantil; famílias com pessoas em situação de privação de liberdade; famílias com crianças em situação de acolhimento provisório; população em situação de rua; adolescentes e jovens no serviço de acolhimento e egressos; indivíduos e famílias residentes em territórios de risco, em decorrência do tráfico de drogas; indivíduos egressos do Sistema Penal; pessoas retiradas do trabalho escravo; mulheres vítimas de violência; adolescentes vítimas de exploração sexual; Comunidades e Povos Tradicionais; dentre outros, para atender especificidades territoriais e regionais.

A seleção da Secretaria de Educação, de alunos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, assegura a oportunidade a estes jovens, considerando critérios relacionados tanto ao mérito quanto ao perfil do jovem, aplicados para selecionar aqueles que, dentre os elegíveis, poderão efetivar sua matrícula. Por fim, a seleção a partir de critérios próprios da Secretaria permite levar em consideração as especificidades locais que apenas esta e as escolas têm condições de conhecer e oferecer a melhor resposta.

Outro aspecto a ser considerado na seleção do público, após o recorte socioeconômico, é o acesso por mérito, como critério de desempate. Para isso,

poderão ser considerados fatores como notas, aproveitamento curricular, entre outros.

Adicionalmente, faz-se necessária a atenção aos fatores contribuintes para evasão como, por exemplo, a distância entre as unidades ofertantes de ensino regular e de educação profissional, assim como a distância destas à residência do aluno. De maneira que oferta de curso técnico concomitante seja mais próxima da unidade de realização do ensino médio na qual o aluno já esteja matriculado. Nesse sentido, a seleção dos alunos para os locais da oferta deverá ser previamente planejada.

No curso Técnico em Segurança do Trabalho 100% (cem por cento) dos alunos foram demandados pela Secretária Estadual de Educação, por se tratar do público alvo (alunos que estão cursando o ensino médio).

1.2 DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) NO ÂMBITO DO CURSO

1.2.1. A Inter-relação entre o Ensino a Pesquisa e a Extensão

A concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos. Visa ao desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensão essencial à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Tendo em vista que é essencial à Educação Profissional e Tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas da educação dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, em especial aquelas com enfoques locais e regionais.

Assim, o fazer pedagógico deve integrar ciência e tecnologia, bem como teoria e prática; deve conceber a pesquisa como princípio educativo e científico e as ações de extensão, como um instrumento de diálogo permanente com a sociedade. Para isso, é essencial o incentivo à iniciação científica, ao desenvolvimento de atividades comunitárias e de prestação de serviços, numa perspectiva de participação ativa dentro de um mundo de complexa e constante integração de

setores, pessoas e processos. São exemplos de atividades que promovem a inter-relação do ensino com a pesquisa e a extensão: visitas técnicas, minicursos e projetos de ensino, de iniciação científica e de extensão e também com a criação de Empresas Júnior e do Núcleo de Incubadora de Empresas.

1.2.2. Políticas de Articulação com os Setores Públicos e Privados

No Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRO estão previstas ações para articulação com os setores públicos e privados. Apesar do apoio institucional, instituições ou empresas sendo, portanto, reduzida captação de recursos externos pela instituição. Faz-se necessária, portanto, a criação de dispositivos internos que regulamentem a execução dos recursos destinados à pesquisa e à inovação no Instituto e que possibilitem a ampliação do quantitativo de servidores e de alunos envolvidos nessas atividades, em todos os níveis e modalidades de ensino ofertado pelo IFRO.

Além disso, a existência desses dispositivos contribuirá para a atração de parceiros, públicos e privados, para a execução, em parceria, de projetos científicos e tecnológicos necessários ao desenvolvimento local e regional e que contribuirão para a captação de recursos externos ao orçamento da instituição. O IFRO também tem incentivado o fomento à participação de servidores e alunos em eventos científicos e tecnológicos com o objetivo de divulgar e publicar resultados de trabalhos desenvolvidos na Instituição. Porém, com o objetivo de melhorar a produção intelectual qualificada dos servidores e de aumentar as possibilidades de captação de recursos externos, esse fomento deverá ser estendido à publicação em periódicos técnicos e científicos.

Portanto, é objetivo do Instituto ampliar a participação dos seus servidores e alunos em atividades científicas, tecnológicas e artístico-culturais, de modo a melhorar e consolidar a posição do IFRO junto à comunidade acadêmica e científica, nos âmbitos regional e nacional. A articulação entre o IFRO e os demandantes externos de suas atividades de pesquisa e inovação é realizada pelo Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto (NIT/IFRO). Esse Núcleo tem desenvolvido ações para disseminar, junto à comunidade interna, a cultura da inovação e da propriedade intelectual, de modo a orientar e incentivar a participação dos pesquisadores da instituição na execução de projetos de pesquisa aplicada em parceria com empresas

e outras instituições de ciência e tecnologia.

No tocante à internacionalização da pesquisa, o IFRO já aderiu a acordos de cooperação técnico-científicos realizados entre a SETEC e instituições estrangeiras, a exemplo dos *Colleges Canadenses*. Além disso, apesar da busca constante por parceiros internacionais para o desenvolvimento conjunto de atividades de pesquisas, inovação e de formação qualificada de pessoal, o Instituto já assinou termos de cooperação com instituições estrangeiras, a exemplo do *Center for Numerical Methods Engineering* (CIMNE), sediado na Universidade da Catalunha, em Barcelona, Espanha. Ainda sobre essa temática, foi criado o Núcleo de Internacionalização Institucional, que coordena o programa de mobilidade internacional do IFRO e os promovidos pela Capes e CNPq e que oportuniza aos servidores e alunos a realização de pesquisas e de formação em instituições internacionais parceiras. Uma das ações iniciais desse Núcleo será a execução do Programa Piloto de Internacionalização da Pesquisa Aplicada e Extensão Tecnológica do IFRO (PIPEX).

Essas ações e iniciativas demonstram que o processo de internacionalização do IFRO já foi iniciado. Quanto à qualificação de servidores para execução de pesquisas qualificadas e atuação em programas de Pós-Graduação Stricto Sensu, o IFRO implementou parcerias com instituições de ensino para a oferta de Doutorados e Mestrados Interinstitucionais (DINTER e MINTER) aos seus servidores. Além da qualificação, essas ações têm contribuído para a elevação da produção técnico-científica dos servidores, criando um ambiente de produção científica e tecnológica no Instituto para a implantação de programas próprios de mestrado e doutorado, bem como aproximando o IFRO de outras instituições com reconhecida competência no desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa.

Em adição, e com o objetivo de ampliar a divulgação das atividades desenvolvidas por seus servidores e alunos, e como forma de contribuir para a consolidação do diálogo e da interação entre a instituição e o mundo da produção, dos serviços e sociedade em geral, o IFRO tem buscado fortalecer seus periódicos técnico-científicos e fomentar a publicação de livros autorais por seus servidores e alunos. Por fim, as atividades de pesquisa e inovação no Instituto, bem como a transferência tecnológica para a sociedade demandante, estão sendo continuamente fortalecidas, com o objetivo de consolidar o IFRO como instituição de excelência no desenvolvimento de atividades técnico-científicas necessárias para atender as

demandas dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais e de contribuir para a elevação da competitividade tecnológica do país.

No Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRO estão previstas ações e metas que pretendem proporcionar aos egressos de todos os cursos uma educação pautada pelos moldes estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares e pelas exigências socioculturais. Por assim o ser, O IFRO desenvolveu um conjunto de diretrizes básicas para o desenvolvimento de suas atividades administrativas e acadêmicas ao longo dos próximos anos e que podem ser reafirmadas ou reformuladas conforme as mudanças do cenário educacional, regional e local.

O sistema de informação acadêmico-administrativa deve ser aperfeiçoado, já que constitui mecanismo estratégico para racionalizar os procedimentos burocráticos desenvolvidos e garantir maior agilidade no processo de comunicação.

A interação com a comunidade interna e externa deve ser efetivada por meio de ações consistentes que promovam o envolvimento e o comprometimento da comunidade interna (docentes, discentes, servidores técnico-administrativos e sociedade) por meio de atividades de extensão. O ensino e a extensão devem caminhar de forma indissociável, conforme está preconizado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9394/96).

1.2.4. Políticas de Pesquisa

Em poucos anos de funcionamento (2009 a 2017), o IFRO já conseguiu realizar um trabalho para implementação de atividades de pesquisa em todos os seus *campi*. Para isso, foi e continua sendo necessário que sejam desenvolvidos, de modo sistemático, além dos programas de iniciação científica, pesquisa de alto nível que atenda às necessidades locais de cada unidade.

Com o intuito de efetivação de seus programas de pesquisa, o IFRO adota as seguintes ações:

- a) Incentivo aos discentes e aos docentes interessados em práticas investigativas;
- b) Concessão de bolsas de iniciação científica aos discentes desde que preenchidos todos os requisitos legais;
- c) Alocação de carga-horária para os professores orientarem os alunos incluídos nos Programas de Iniciação Científica;

- d) Promoção de seminários e encontros institucionais com pesquisadores de nome nacional para incentivar a importância da investigação científica.

O IFRO, com vistas ao estabelecimento de bases sólidas para o desenvolvimento de pesquisa científica relevante, compatível com as áreas de conhecimento que promove, apresenta em seu PDI as seguintes diretrizes gerais:

- a) Estabelecer mecanismos de articulação entre ensino, pesquisa e extensão: o espírito científico deve permear as práticas pedagógicas exercidas nos cursos de graduação e pós-graduação, de modo a tornar evidente para os alunos, a importância do saber fazer ciência durante a formação profissional;
- b) Promover a interação com a comunidade: os grupos de estudos já existentes e os que serão implementados no IFRO contemplarão as potencialidades acadêmicas existentes, devidamente articuladas com as demandas locais e regionais;
- c) Consolidação das atividades científicas na medida em que sejam disponibilizados os recursos financeiros necessários;
- d) Criar novos e adequar os periódicos institucionais já existentes ao processo Qualis. A socialização do conhecimento por meio de periódicos produzidos nos últimos anos pela Instituição exige um procedimento avaliativo, em nível nacional, além de ser um estímulo de divulgação dos resultados investigativos realizados por docentes e discentes vinculados (ou não) ao IFRO.

1.2.5. Políticas de Extensão

O IFRO tem uma política de extensão que inclui cursos, programas e outras atividades com a participação de docentes, discentes e técnicos administrativos, desenvolvendo estratégias que possibilitam maior inserção institucional com a sociedade local e regional.

Para tanto, as atividades extensionistas estão pautadas em diretrizes que permitem à instituição atender, com eficácia, as necessidades de caráter educacional cultural e social traçadas em seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

Os programas de extensão, desenvolvidos no âmbito das unidades de ensino,

do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, representam um importante veículo de troca e interação entre a IES e a comunidade em que ela está inserida e atua como agente de transformação social.

As atividades de extensão evidenciam para a sociedade o potencial acadêmico do IFRO no atendimento de necessidades educacionais, sociais e culturais da comunidade local e regional.

1.2.6. Ações para o Desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.

O Instituto Federal de Rondônia idealiza o Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio em consonância com as diretrizes estabelecidas em suas normativas e referenciais pedagógicos. Por essa razão, o trajeto a ser seguido pelos estudantes deste curso os levará a compreender questões críticas e influenciar no desenvolvimento local e regional. Terão condições de vivenciar e superar problemáticas existentes, para prestarem o atendimento profissional conforme as necessidades do em que se inserem.

A concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos. Visa ao desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensão essencial à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Tendo em vista que é essencial à Educação Profissional e Tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas da educação dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, em especial aquelas com enfoques locais e regionais.

Assim, o fazer pedagógico integrará ciência e tecnologia, bem como teoria e prática; conceberá a pesquisa como princípio educativo e científico, e as ações de extensão, como um instrumento de diálogo permanente com a sociedade. Para isso, a equipe pedagógica organizará suas atividades de modo a incentivar a iniciação científica, o desenvolvimento de atividades comunitárias e a prestação de serviços, numa participação ativa dentro de um mundo de complexa e constante integração de setores, pessoas e processos.

Com o objetivo de implementar o ensino, a pesquisa e a extensão, o IFRO

promove eventos que tratam de temas relacionados a esses pilares institucionais para o aprimoramento ainda maior da atuação do instituto.

- a) Encontro das Equipes Dirigentes de Ensino: Evento realizado com o objetivo de discutir as temáticas relevantes ao processo de ensino e aprendizagem que perpassam pelo acesso, permanência e êxito, as regulamentações, a (re)organização dos cursos técnicos para atender a demanda social, entre outras, além de promover a aproximação da Reitoria e os *campi* entre si e desenvolver atividades de integração. Participam do evento, além da equipe da Pró-Reitoria de Ensino: os Diretores de Ensino, os Chefes dos Departamentos de Apoio ao Ensino, os Coordenadores de Curso, os Coordenadores de Biblioteca e os Coordenadores de Registros Acadêmicos.
- b) Encontro do Ensino, Pesquisa e Extensão - ENPEX – Evento realizado com o propósito de discutir e encaminhar situações estruturantes do ensino, pesquisa e extensão no IFRO, com base nos princípios pedagógicos e organizacionais do IFRO. Participam do evento as equipes das Pró-Reitorias de Ensino, Extensão e Pesquisa, Inovação e Pós- Graduação e os representantes maiores dos respectivos setores nos *campi* do IFRO;
- c) Encontro das Equipes de Apoio à Docência e Discência do IFRO – EENEADD. Tem por finalidade promover ações de capacitação em educação inclusiva e assistência estudantil, vinculadas ao planejamento institucional, potencializando o desenvolvimento das competências, individuais e coletivas, bem como do desenvolvimento integral e valorização dos servidores do IFRO, buscando a excelência na qualidade dos serviços prestados e o alcance das metas institucionais.

Fazem parte deste grande encontro os seguintes eventos:

- d) Encontro das Equipes Multiprofissionais da Assistência Estudantil: tem como objetivo principal estabelecer ações de desenvolvimento e fortalecimento da Assistência Estudantil, promover ações de capacitação e qualificação profissional e propor, implantar, instruir e supervisionar a política de assistência ao estudante no IFRO, conforme as normativas estabelecidas pelo Ministério da Educação/MEC. Participam do encontro os Coordenadores e Chefes de Departamento de Assistência ao Educando, Pedagogos/Orientadores, Assistentes Sociais, Psicólogos, Assistentes de Alunos, Nutricionistas, Enfermeiros e/ou Técnicos em Enfermagem e



Diretores de Ensino dos *campi* do IFRO.

- e) Encontro dos Profissionais das Equipes Multiprofissionais da Assistência Estudantil, por categoria: tem como objetivo discutir as atribuições dos profissionais: assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros, pedagogos/orientadores, assistentes de alunos, nutricionistas e Intérpretes de Libras, enquanto componente das equipes da assistência estudantil.
- f) Encontro das Coordenações dos NAPNEs: tem como objetivo capacitar, discutir e encaminhar os assuntos voltados à Política de Educação de Assistência e Inclusão do IFRO. Objetiva, também, reunir às Coordenações dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas para o encaminhamento de ações dos NAPNEs.
- g) Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão do IFRO;
- h) Eventos nos campi: Os campi estabelecem em seus Calendários Acadêmicos eventos como seminários, feiras, exposições, entre outros, para a discussão de temas relevantes e ações de ensino, pesquisa e extensão envolvendo toda a comunidade acadêmica e geral;
- i) Eventos que envolvem ações de esporte, possibilitando a prática do desporto e a interação entre alunos e servidores dos campi;
- j) Por sua vez, os campi também promovem, através dos Departamentos/Coordenações de Extensão, eventos socioculturais e esportivos envolvendo a comunidade interna dos campi.

1.3. OBJETIVOS DO CURSO

1.3.1. Objetivo Geral do Curso

Formar profissionais cidadãos em técnicos de nível médio na área de Segurança do Trabalho para desempenhar atividades de prevenção de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho, através de ações e programas específicos, contribuindo para melhoria da qualidade de vida do trabalhador, propiciando a diminuição do custo social decorrente dos infortúnios laborais.

1.3.1. Objetivos Específicos do Curso

- a) Capacitar o aluno a executar atividades de Técnico em Segurança do Trabalho;

- b) Formar profissionais com visão sistêmica e integrada em Saúde e Segurança do Trabalho;
- c) Propiciar aos alunos o conhecimento dos fundamentos de prevenção à saúde, avaliando os riscos profissionais a que estão expostos os trabalhadores e as formas de prevenção de acidentes de trabalho nas empresas/setores públicos;
- d) Desenvolver procedimentos técnicos voltados para a elevação do nível de qualidade de vida do trabalhador;
- e) Analisar e estabelecer critérios para escolha e utilização dos equipamentos de proteção individual e coletiva;
- f) Identificar medidas de segurança do armazenamento, transporte e manuseio de produtos;
- g) Conhecer e interpretar a legislação e normas técnicas de segurança do trabalho;
- h) Proporcionar aos alunos o reconhecimento de fatores de riscos ambientais e elaborar critérios para preveni-los;
- i) Estabelecer relações entre o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia e suas implicações para a educação profissional e tecnológica, além de comprometer-se com a formação humana, buscando responder às necessidades do mundo do trabalho.

1.4. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO: COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

O profissional formado no curso Técnico em Segurança do Trabalho será habilitado para atuar nas empresas públicas ou privadas elaborando, participando e implantando a política de Saúde e Segurança do Trabalhador.

Poderá realizar auditorias, acompanhamento e avaliação nos ambientes de trabalho, identificando variáveis de controle de doenças, acidentes, qualidade de vida e meio ambiente. Atuar como perito judicial, além de auxiliar em investigações de acidentes ocorridos. Poderá desenvolver ações educativas na área de saúde preventiva e segurança do trabalhador, participar da adoção de tecnologias e processos de trabalho, elaborar documentos técnicos, dentre outros.

O Currículo de Referência para o Sistema e-Tec Brasil (2011), divide as competências do Técnico em Segurança do Trabalho em dois grupos: Competência

Comportamental-Atitudinal e Competência Técnica-Cognitiva.

As competências Comportamentais-Atitudinais estão relacionadas com os valores e atitudes dos educando diante das diversas situações vivenciados no cotidiano. São critérios verificáveis pela sua aceitação e internalização no momento em que as escolhas são realizadas. Estas competências, na maioria das vezes, são trabalhadas de forma implícita no modo como são conduzidos os processos de ensino-aprendizagem oferecidos ao estudante (GATTI, 1997; JÓFIL I et. al. 2012; PRIMI, et. al. 2001).

Dentro de um rol de competências Comportamentais-Atitudinais podem ser citados:

- tomar iniciativa;
 - exercitar liderança;
 - atuar com flexibilidade;
 - definir método de trabalho;
 - capacidade de argumentação;
 - agir de forma eficiente e eficaz;
 - atuar de forma social e profissionalmente ética;
 - posicionar-se criticamente e eticamente em relação às novas tecnologias, contextos sociais, avaliando seu impacto no desenvolvimento e transformação da sociedade.

Enquanto que Competências Técnicas-Cognitivas estão relacionadas ao SABER, ao PENSAR, à capacidade de o sujeito interpretar, rearticular, reelaborar, associar, relacionar e/ou aplicar conhecimentos específicos, seja um determinado conhecimento técnico e/ou cultural, a uma dada realidade, no sentido de equacioná-la satisfatoriamente (STERNBERG, 2000; GASPAR, 2003; PRIMI, et. al. 200; MACIENTE, 2012). Para tal, faz-se necessário, entre outros:

- Compreender os conceitos de EAD e suas características básicas;
- Assimilar a dinâmica do ambiente virtual e suas diferentes interfaces;
- Compreender a dinâmica dos sistemas da produção utilizados nas organizações;
- Conhecer softwares aplicados à administração;
- Identificar conflitos e propor soluções baseadas na ética e respeito mútuo;

- Conhecer procedimentos inerentes ao recrutamento, seleção e treinamento de pessoa;
- Dominar a língua portuguesa oral e escrita;
- Conhecer as técnicas de gestão, liderança de grupo, trabalha em equipe.

De acordo com Referência Curricular, as habilidades estão relacionadas com o saber fazer. Onde o educando desenvolve capacidade de interagir com seu objeto profissional e em seu contexto. Está vinculado à destreza, ao método, ao manuseio de ferramentas necessárias para execução de determinado ofício. Isto inclui aplicação de regras, técnicas, métodos, destreza, estratégia, habilidade que são desenvolvidas e aprimoradas nas atividades práticas. As habilidades do profissional Técnico em Segurança do Trabalho são definidas pela Portaria MTE 3.214/1978, Lei nº 7.410/1985, Decreto nº 92.530/1986, Portaria TEM nº 3.275/1989, Portaria MTE 262/2008, Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (2016).

O Técnico em Segurança do Trabalho desenvolve ações preventiva e educativa na área de saúde e segurança do trabalho. Seleciona, controla, orienta e fiscaliza o uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI) e Equipamento de Proteção Coletiva (EPC). Coleta e organiza informações de saúde e de segurança no trabalho. Avalia e executa diversos programas de prevenção:

- Segurança e Saúde no Trabalho (SST),
- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), investiga, analisa acidentes e recomenda medidas de prevenção e controle,
- Atestado de Saúde Ocupacional (ASO);
- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO);
- Programa de Proteção auditiva (PCA);
- Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho (PCMAT);
- Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR);
- Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT)

O perfil do técnico em Segurança do Trabalho exige que o profissional apresente habilidades que o possibilite:



- Analisar os métodos e os processos laborais;
- Identificar fatores de risco de acidentes do trabalho, de doenças profissionais e de trabalho e de presença de agentes ambientais agressivos ao trabalhador;
- Realizar procedimentos de orientação sobre medidas de eliminação e neutralização de riscos. Elabora procedimentos de acordo com a natureza da empresa;
- Promover programas, eventos e capacitações;
- Divulgar normas e procedimentos de segurança e higiene ocupacional;
- Indicar, solicitar e inspecionar equipamentos de proteção coletiva e individual contra incêndio;
- Levantar e utilizar dados estatísticos de doenças e acidentes de trabalho para ajustes das ações prevencionistas. - informar o empregador, através de parecer técnico, sobre os riscos exigentes nos ambientes de trabalho, bem como orientá-los sobre as medidas de eliminação e neutralização;
- Informar os trabalhadores sobre os riscos da sua atividade, bem como as medidas de eliminação e neutralização;
- Analisar os métodos e os processos de trabalho e identificar os fatores de risco de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho e a presença de agentes ambientais agressivos ao trabalhador, propondo sua eliminação ou seu controle;
- Executar os procedimentos de segurança e higiene do trabalho e avaliar os resultantes alcançados, adequando-os as estratégias utilizadas de maneira a integrar o processo prevencionista em uma planificação, beneficiando o trabalhador.
- Executar programas de prevenção de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho nos ambientes de trabalho, com a participação dos trabalhadores, acompanhando e avaliando seus resultados, bem como sugerindo constante atualização dos mesmos estabelecendo procedimentos a serem seguidos;
- Promover debates, encontros, campanhas, seminários, palestras, reuniões, treinamentos e utilizar outros recursos de ordem didática e pedagógica com o objetivo de divulgar as normas de segurança e

higiene do trabalho, assuntos técnicos, visando evitar acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho;

- Executar as normas de segurança referentes a projetos de construção, aplicação,
- Reformar, arranjos físicos e de fluxos, com vistas à observância das medidas de segurança e higiene do trabalho, inclusive por terceiros;
- Encaminhar aos setores e áreas competentes normas, regulamentos, documentação, dados estatísticos, resultados de análises e avaliações, materiais de apoio técnico, educacional e outros de divulgação para conhecimento e autodesenvolvimento do trabalhador;
- Indicar, solicitar e inspecionar equipamentos de proteção contra incêndio, recursos audiovisuais e didáticos e outros materiais considerados indispensáveis, de acordo com a legislação vigente, dentro das qualidades e especificações técnicas recomendadas, avaliando seu desempenho;
- Cooperar com as atividades do meio ambiente, orientando quanto ao tratamento e destinação dos resíduos industriais, incentivando e conscientizando o trabalhador da sua importância para a vida;
- Orientar as atividades desenvolvidas por empresas contratadas, quanto aos procedimentos de segurança e higiene do trabalho previsto na legislação ou constantes em contratos de prestação de serviço;
- Produz relatórios referentes à segurança e à saúde do trabalhador.

Ao concluir o curso, o egresso terá desenvolvido, ainda, concepções no âmbito humano e social, que lhe permitirá adotar visões e posturas éticas, cordiais e respeitadas no relacionamento com os demais, ter autoconsciência de seu papel profissional e cidadão e de suas responsabilidades sociais e ambientais junto às comunidades nas quais está inserido.

1.5. ESTRUTURA CURRICULAR

A concepção e a organização do Curso Técnico em Segurança do Trabalho estão apoiadas nos princípios filosóficos, legais e pedagógicos que embasam o projeto político-pedagógico do IFRO. Dentre eles, a unidade teoria- prática é o princípio fundamental e conduz a um fazer pedagógico que busca essa articulação

através de atividades orientadas por métodos ativos como pesquisas, projetos, estudos de caso, seminários, visitas técnicas e práticas laboratoriais, entre outras atividades presentes em todas as unidades curriculares.

A organização curricular está estruturada com base nos objetivos, no perfil profissional do egresso e considerando as competências a serem desenvolvidas no mundo do trabalho. O curso está composto por carga horária mínima de 1.200 horas para a oferta dos módulos, acrescidas de 100 horas destinadas à prática profissional supervisionada. O curso está organizado em itinerários formativos que envolvem módulos distribuídos em dois núcleos: núcleo profissional e o complementar.

O Núcleo Profissional é composto por conteúdo específico do currículo do Curso, consolidam a formação dos estudantes para o trabalho, mas sem perder de vista a preparação para a vida em sociedade.

O núcleo complementar é composto pela prática profissional supervisionada obrigatória com 100 horas, que poderá ser desenvolvida em estágio supervisionado ou em atividades equiparadas. Caberá à instituição ofertante do curso o encaminhamento ao estágio supervisionado obrigatório ou, em caso excepcional, o direcionamento a atividade substitutiva, neste caso, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com o desenvolvimento de projeto de pesquisa ou extensão, sob orientação de professor/bolsista (áreas específicas do curso) a ser contratado por meio edital.

1.6. CONTEÚDOS CURRICULARES DO CURSO

1.6.1. Especificação dos Componentes Curriculares

Quadro 7 - Componentes Curriculares

COMPONENTES DO NÚCLEO PROFISSIONAL
Ambientação em Educação a Distância Orientação para Prática Profissional e Pesquisa Higiene e Saúde ocupacional I Informática Aplicada Introdução à Segurança do Trabalho Legislação Aplicada à Segurança e Saúde do Trabalho Prevenção e Combate a Sinistro I Estatística aplicada a Segurança do Trabalho Desenho Técnico Higiene e Saúde Ocupacional II



Português Instrumental
Prevenção e Combate a Sinistro II
Processos Industriais
Segurança do Trabalho
Ética Profissional e Cidadania
Análise de Risco Prática
Controle Ambiental
Empreendedorismo
Ergonomia
Prevenção e Controle de Perdas
Primeiros Socorros
Projeto Integrador

COMPONENTES DO NÚCLEO COMPLEMENTAR

Prática Profissional Supervisionada

1.6.2. Coerência dos conteúdos curriculares com o perfil desejado do egresso

A estrutura curricular foi elaborada com módulos que integram o curso, como parte essencial do Projeto Pedagógico. Esta estrutura expressa a sugestão institucional de currículo e integra a proposta semestral de cumprimento de disciplinas, para a integralização do curso pelo aluno, no tempo definido neste Projeto Pedagógico, no mínimo 3 semestres e no máximo 6 semestres.

O curso apresenta estrutura curricular e conteúdos programáticos estão definidos que serão estudados de forma disciplinar de duas em duas, compondo módulos para atender à formação do perfil do profissional egresso.

1.6.3. Coerência dos Conteúdos Curriculares face às Diretrizes Curriculares da Educação Profissional Técnica.

O Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio do IFRO deve obediência aos princípios gerais de educação emanados das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica – (DCNEPT) e do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

A estruturação do curso da Educação Profissional Técnica de Nível Médio orientado pela concepção de eixo tecnológico, devem considerar, na sua organização curricular:

- A matriz tecnológica;
- O núcleo politécnico comum correspondente a cada eixo tecnológico em que se situa o curso, compreendendo fundamentos científicos, sociais,

organizacionais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos;

- Os conhecimentos e habilidades nas áreas de linguagem e código, ciências humanas, matemática e ciências da natureza;
- A pertinência, a coerência, a coesão e a consistência de conteúdos, articulados do ponto de vista do trabalho;
- A atualização permanente dos cursos e currículos.

Os currículos dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio devem proporcionar ao estudante

- Diálogo com diversos campos do trabalho, da tecnologia, da ciência e da cultura;
- Elementos para compreender e discutir as relações sociais de produção e de trabalho, contemplando as especificidades históricas na contemporaneidade;
- Recursos para exercer sua profissão e compromisso com a construção de uma sociedade democrática;
- Domínio intelectual das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso;
- Instrumentais de cada habilitação, por meio das vivências de diversas situações práticas de estudo e trabalho;

Fundamentos de empreendedorismo, cooperativismo, tecnologia da informação, legislação trabalhista, ética profissional, gestão ambiental, segurança do trabalho, gestão da inovação e iniciação científica, gestão de pessoas e gestão de qualidade social e ambiental do trabalho.

1.6.4. Matriz Curricular do Curso

Quadro 7: Matriz Curricular

CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO – CAMPUS ARIQUEMES					
Matriz aprovada pela Resolução nº /CONSUP/IFRO/2017					
LDB 9.394/96, Art. 24; Resoluções CEB/CNE 6/2012; Decreto n.º 5.154/2004, Resolução CEB/CNE nº 1/2014.					
Carga Horária Total dimensionada para 3 semestres - Hora-Aula: 50 minutos					
MÓDULOS	Semanas Letivas	C.H. Semanal		Totais	
		Presencial	Não Presencial	Horas Aula	Horas Relógio



1º SEMESTRE	I	Ambientação em Educação a Distância	4,8	2	8	48	40
		Orientação para Prática Profissional e Pesquisa	4,8	2	8	48	40
	II	Higiene e Saúde ocupacional I I	4,8	2	8	48	40
		Informática Aplicada	4,8	2	8	48	40
	III	Introdução à Segurança do Trabalho	4,8	2	8	48	40
		Legislação Aplicada à Segurança e Saúde do Trabalho	4,8	2	8	48	40
	IV	Prevenção e Combate a Sinistro I	9,6	2	8	96	80
	SUBTOTAL 1			76	308	384	320
2º SEMESTRE	V	Estatística aplicada a Segurança do Trabalho	4,8	2	8	48	40
		Desenho Técnico	7,2	2	8	72	60
	VI	Higiene e Saúde Ocupacional II	12	2	8	120	100
		Português Instrumental	4,8	2	8	48	40
	VII	Prevenção e Combate a Sinistro II	7,2	2	8	72	60
		Processos Industriais	9,6	2	8	96	80
	VIII	Segurança do Trabalho	7,2	2	8	72	60
	SUBTOTAL 2			106	422	528	440
3º SEMESTRE	IX	Ética Profissional e Cidadania	4,8	2	8	48	40
		Análise de Risco Prática	7,2	2	8	72	60
	X	Controle Ambiental	7,2	2	8	72	60
		Empreendedorismo	4,8	2	8	48	40
	XI	Ergonomia	7,2	2	8	72	60
		Prevenção e Controle de Perdas	9,6	2	8	96	80
	XII	Primeiros Socorros	7,2	2	8	72	60
		Projeto Integrador	4,8	2	8	48	40
SUBTOTAL 3				106	422	528	440
CARGA HORÁRIA TOTAL DOS MÓDULOS						1440	1200
Núcleo Complementar	Prática Profissional Supervisionada					120	100
	Total Geral de aula por semana			20		20	
	Carga Horária Semestral (Hora-Aula)					480	
	Carga Horária Semestral (Hora-Relógio)						400



	Carga horária máxima em atividades presenciais (sem inclusão do estágio)		288			
	Carga horária máxima em atividades não presenciais (sem inclusão da prática profissional supervisionada)			1152		
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO					1560	1300

Nos três módulos a carga horária semanal será de 20 aulas por semana, sendo 4 aulas presenciais e 16 aulas em atividades EaD. O primeiro semestre terá um total de 384 aulas, sendo 76 presenciais e 308 à distância, o segundo e o terceiro semestre terão 528 aulas, sendo 106 presenciais e 422 à distância. A Coordenação definirá os horários e dias de registro, respeitando-se o cumprimento de no mínimo 100 dias de registro letivo a cada semestre, da carga horária mínima do curso bem como a regularidade do atendimento ao educando. As disciplinas serão desenvolvidas em módulos, sendo duas em aulas por dia.

As semanas estão quebradas, porém contempla a carga horaria presencial que corresponde a 20% e EaD que corresponde a 80% das aulas ministradas.

1.6.5. Plano de Disciplina

PRIMEIRO SEMESTRE

PLANO DE DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio		
Disciplina: Ambientação em educação à distância		Módulo: I
Núcleo: Profissionalizante		1º Semestre
CH Teórica: 24 h/a	CH Prática: 24 h/a	CH Total: 48 h/a
Objetivo Geral:		
Conhecer Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), compreender as estruturas, funcionamento e formas de trabalho utilizando o AVA.		
Ementa:		

Concepções e legislação em EaD. Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem. Ferramentas para navegação e busca na internet. Metodologias de estudo baseadas nos princípios de autonomia, interação e cooperação.

Referências básicas:

BARBOSA, Rommel Melgaço. **Ambientes Virtuais de Aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

BORBA, M.C.; MALHEIROS, A.P.S.; ZULATTO, R. B.A. **Educação à distância. online**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MATTAR, João. **Guia de educação a distância**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

QUINTELA, Ariádne J. F. e ZAMBERLAN, Miguel F. **Ambientação para EaD: Caderno do aluno do Curso Técnico em Informática**. Cuiabá: IFMT, 2013.

WAGNER, Rosana. **Ambientação em Educação à Distância**. Alegrete: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul; Rede e-Tec Brasil, 2012.

Referências complementares:

BELLONI, Maria Luísa. **Educação a distância**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

BRASIL. **Guia de Utilização do AVA para Cursos Presenciais com Aproveitamento de Carga Horária em EaD**. Departamento de Produção de EaD. Campus Porto Velho Zona Norte. Porto Velho: IFRO, 2013.

FIORENTINI, Leda Maria Rangearo; MORAES, Raquel de Almeida Moraes (Orgs.). **Linguagens e interatividade na educação a distância**. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.

LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos (Orgs.). **Educação a Distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MAIA, Carmem; MATTAR, João. **ABC da EaD**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

NINK DE CARVALHO, Rafael. **Ambiente virtual de aprendizagem em uma Perspectiva de integração de mídias**. 2010.

PIMENTEL, N. M. **Introdução à educação a distância**. Florianópolis: SEAD/UFSC, 2006. SAWAYA, Márcia Regina. **Dicionário de informática & internet**. 3. ed. Editora Nobel, 2010.



PLANO DE DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio		
Disciplina: Orientação para Prática Profissional e Pesquisa		Módulo: I
Núcleo: Profissionalizante		1º Semestre
CH Teórica: 24 h/a	CH Prática: 24 h/a	CH Total: 48 h/a
Objetivo Geral:		
Aplicar normas de metodologia científica em trabalhos acadêmicos e instruções de prática profissional na realização do estágio.		
Ementa:		
Pesquisa científica. Redação técnica e científica. Estrutura de projetos de pesquisa e de extensão. Elaboração de relatórios. Elaboração de artigos científicos. Exposição de resultados de pesquisa e de práticas profissionais. Concepção de estágio. Operacionalização do estágio.		
Referências básicas:		
ISKANDAR, J. I. Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos . Paraná: Juruá, 2012. LAKATOS, M. e MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica . São Paulo: Atlas, 2010. OLIVEIRA, J. L. de. Texto acadêmico: técnicas de redação e pesquisa científica . Rio de Janeiro: Vozes, 2009.		
Referências complementares:		
AZEVEDO, C. B. Metodologia científica ao alcance de todos . São Paulo: Manole, 2013. BRASIL. Presidência da República. Lei 11.788/2008 . Brasília, 2008. CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; e SILVA, Roberto da. Metodologia científica . São Paulo: Pearson, 2007. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008. MONLEVADE, João Antonio Cabral. Orientações para a Prática Profissional Supervisionada . Cuiabá: UFMT, 2014.		



PLANO DE DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio		
Disciplina: Higiene e Saúde Ocupacional I		Módulo: II
Núcleo: Profissionalizante		1º Semestre
CH Teórica: 24 h/a	CH Prática: 24 h/a	CH Total: 48 h/a
Objetivo Geral:		
Analisar os ambientes de trabalho, bem como a construção de políticas preventivas por meio de uma formação humanística, científica e tecnológica.		
Ementa:		
Anexos da décima quinta norma regulamentadora: NR-15 Agentes químicos; Agentes físicos; Agentes biológicos; Parâmetro de medição; Critérios de avaliação; Instrumentação e técnicas de medição; Medidas de controle e mitigação.		
Referências básicas:		
ANJOS, Alcinéa Meigikos; et al. Introdução à Higiene Ocupacional . São Paulo: Fundacentro, 2004.		
BELTRAMI, Monica; STUMM, Silvana. Higiene no Trabalho . Curitiba: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Paraná; Rede e-Tec Brasil, 2011.		
GONÇALVES, Edwar Abreu. Manual de Segurança e Saúde no Trabalho . 5. ed. São Paulo: LTr, 2011.		
SALIBA, T. M. Manual prático de higiene ocupacional e PPRA . São Paulo: LTr, 2016.		
_____. Manual prático de avaliação e controle de poeira e outros particulados . São Paulo: LTr, 2007.		
_____. Manual prático de avaliação e controle de gases e vapores . São Paulo: LTr, 2009.		
Referências complementares:		

COUTINHO, Antonio Souto. **Conforto e Insalubridade Térmica em Ambientes de Trabalho**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2005.

GONÇALVES, Edwar Abreu. GONÇALVES, José Alberto de Abreu. **Segurança e Saúde no Trabalho em 2000 Perguntas e Respostas**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2010.

_____. **Curso Básico de Segurança e Higiene Ocupacional**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2011.

OKUNO, Emico. **Radiação: Efeitos, Riscos e Benefícios**. 1. ed. São Paulo: Editora HarbraLtda, 1998.

VENDRAME, Antônio Carlos. **Agentes Químicos: Reconhecimento, Avaliação e Controle na Higiene Ocupacional**. São Paulo: Ed. do Autor, 2007.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio

Disciplina: Informática Aplicada

Módulo: II

Núcleo: Profissionalizante

1º Semestre

CH Teórica: 10 h/a

CH Prática: 38 h/a

CH Total: 48 h/a

Objetivo Geral:

Conhecer as tecnologias básicas de informação que são fundamentais para potencializar a produtividade do trabalho no âmbito da Segurança do Trabalho, por meio de ferramentas básicas dos programas de editoração de texto, apresentações de slides e navegação pela Internet.

Ementa:

Hardware e Software. Manipulação de arquivos e pastas. Editor de texto. Software de apresentação. Internet: conceitos; browsers; protocolos e serviços; sites de busca.

Referências básicas:

BRITO, Miriam Cristiane Alves Castro; CABRAL, Alymar Pereira Cabral.
Informática Aplicada. Inhumas: IFG; Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Rede e-Tec Brasil, 2012.

COX, Joyce. Microsoft Office Word 2007 passo a passo. Porto Alegre: Bookman, 2007.

MANZANO, José Augusto N. G. Guia Prático de Informática: Terminologia, Microsoft Windows 7 - Internet E Segurança, Word 2010, Excel 2010, PowerPoint 2010, Access 2010. 1ª ed. São Paulo: Érica, 2011.

VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: Conceitos Básicos. 8ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

Referências complementares:

MANZANO, André Luiz N. G. Estudo Dirigido de Microsoft Office Power Point 2007. 1ª ed. São Paulo: Érica, 2007.

MANZANO, André Luiz N. G.; MANZANO, Maria Izabel N. G. Estudo Dirigido de Microsoft Word 2013. 1ª ed. São Paulo: Érica, 2013.

MANZANO, José Augusto N. G.; MANZANO, André Luiz N. G. Estudo Dirigido de Microsoft® Excel 2013 avançado. 1ª ed. São Paulo: Érica, 2013.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio

Disciplina: Introdução à Segurança do Trabalho

Módulo: III

Núcleo: Profissionalizante

1º Semestre

CH Teórica: 32 h/a

CH Prática: 16 h/a

CH Total: 48 h/a

Objetivo Geral:

Conhecer os conceitos básicos da segurança do trabalho e seus objetivos, primando prevenção contra acidentes e doenças do trabalho com intuito de evitar possíveis erros inerentes à atividade de segurança no campo de trabalho.

Ementa:



Histórico da Segurança do Trabalho; Noções fundamentais sobre segurança do trabalho; Estatística de acidentes do trabalho; Serviço especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho SESMT (NR 04); Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA (NR 05) e Mapa de risco; Equipamento de proteção individual – EPI (NR 06); Segurança e conforto nas edificações (NR 08); Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho (NR 24) e Sinalização de segurança (NR 26).

Referências básicas:

Legislação em Segurança e Saúde no Trabalho (Lei 6.514/77 e Normas.

Regulamentadoras aprovadas pela Portaria MTb3.214/78 e alterações.

CHIBINSKI, Murilo. **Introdução à Segurança do Trabalho**. Curitiba: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Paraná; Rede e-Tec Brasil, 2011.

GONÇALVES, Edwar Abreu. **Segurança e Medicina do trabalho em 1.200**

Perguntas e Respostas. São Paulo: LTr.

SOUSA, Carlos Roberto Coutinho de, ARAÚJO, Giovanni Moraes de, BENITO, Juarez. **Normas Regulamentadoras Comentadas**. Rio de Janeiro: Imprensa, 2000.

Referências complementares:

BINDER, M. C. e outros. **Árvore de Causas**. São Paulo, Publisher Brasil, 2001.

BLIKSTEIN, I. **Técnicas de comunicação escrita**. 22.ed., São Paulo: Ática, 2006

. GONÇALVES, Edwar Abreu. **Manual de Segurança e Saúde no Trabalho**. São Paulo: LTr, 2006.

MTE. **Caminhos da análise de acidentes do trabalho**. Brasília: MTE, 2003.

ZOCCHIO, Álvaro. **Prática da Prevenção de Acidentes**. São Paulo, Atlas, 1995.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio

Disciplina: Legislação Aplicada à Segurança e Saúde do Trabalho

Módulo: III

Núcleo: Profissionalizante

1º Semestre

CH Teórica: 32 h/a

CH Prática: 16 h/a

CH Total: 48 h/a

Objetivo Geral:

Conhecer a legislação, contemplando Leis, decretos, regulamentos, manuais e normas, que norteiam o exercício do Técnico em Segurança do Trabalho.

Ementa:

Conceitos básicos de legislação (lei, decreto, portaria) e a hierarquia das leis (federal estadual e municipal); Direito Constitucional; CLT; Direito previdenciário; Convenção e recomendações da Organização Internacional Do Trabalho (OIT); Aspectos jurídicos das Normas Regulamentadoras 01, 02, 04,05, 06, 07, 09, 15, 16 e 28; Técnica do preparo de normas, instruções e ordens de serviços.

Referências básicas:

BRANDIMILLER, Primo A. **Perícia Judicial em Acidentes e Doenças do Trabalho**. 1a Edição. São Paulo: Editora SENAC, 1996.

COSTA, Paulo Roberto da. **Normalização e Legislação Aplicada**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria: Colégio Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, 2014.

GONÇALVES, Edwar Abreu. **Segurança e medicina do trabalho em 1200 perguntas e respostas**. 3a Edição. São Paulo: LTr, 2000.

GONÇALVES, Edwar Abreu. **Manual de segurança e saúde no trabalho**. 3a Edição. São Paulo: LTr Editora, 2006.

Referências complementares:

GONÇALVES, Danielle Carvalho; GONÇALVES, Isabelle Carvalho; GONÇALVES, Edwar Abreu. **Manual de segurança e saúde no trabalho**. 6ª. ed. — São Paulo : LTr, 2015.

MELO, Raimundo Simão de. **Direito ambiental do trabalho e saúde do trabalhador**. São Paulo: LTr, 2004.

MICHEL, Osvaldo. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais**. São Paulo: LTr, 2004.

MORAIS, Giovani Araújo. Normas regulamentadoras comentadas. 6ª ed. Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro. 2006.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo. Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional. São Paulo: LTr, 2006.



PLANO DE DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio		
Disciplina: Prevenção e Combate à Sinistro I		Módulo: IV
Núcleo: Profissionalizante		1º Semestre
CH Teórica: 64h/a	CH Prática: 32h/a	CH Total: 96 h/a
Objetivo Geral:		
Conhecer a legislação própria que regulamenta os requisitos básicos de segurança no ambiente de trabalho, bem como os métodos de combate de incêndio, salvamento, transporte e armazenamento de produtos perigosos.		
Ementa:		
O fogo e o incêndio. A combustão e seus elementos. Métodos de transmissão de calor. Classificação dos incêndios e dos agentes extintores. Sistemas extintores de sinistros – fixos e móveis e seus tipos. Sistemas de detecção e alarme de sinistros. Equipamentos de proteção individual para combate a sinistros. Proteções estruturais contra sinistros.		
Referências básicas:		
AMORIM, Walter Vasconcelos de. Curso de Prevenção e Combate a Incêndio . São Paulo: LTr, 2000.		
AITA, José Carlos Lorentz; PEIXOTO, Nirvan Hofstadler. Prevenção e Combate a Sinistros . Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria: Colégio Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, 2014.		
AZEVEDO, Gustavo Maurício Estevão de. Tecnologia de Prevenção e Combate aos Sinistros . Recife: CEFET/PE, 1992.		
BELTRAMI, Monica; STUMM, Silvana Bastos. Controle de Riscos e Sinistros . Curitiba: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Paraná; Rede e-Tec Brasil, 2012.		
CAMILO JÚNIOR, A.B. Manual de Prevenção e Combate à Incêndios . São Paulo: SENAC São Paulo. 2010.		
Referências complementares:		



GONÇALVES, Edwar Abreu. **Manual de Segurança e Saúde do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2000.

PEREIRA, A.G.; POPOVIC, R.R. **Tecnologia em Segurança contra Incêndios**. São Paulo: LTR, 2007.

SALIBA, Tuffi Messias. **Curso Básico de Segurança e Higiene Ocupacional**. São Pualo: LTr, 2008.

_____Tuffi Messias; CORRÊA, Márcia Angelim Chaves. **Insalubridade e Periculosidade: aspectos técnicos e práticos**. São Paulo: LTr, 2011.

VILLAR, A.M. **Prevenção a Incêndios e Explosões**. João Pessoa: Editora UFPB, 2001.

SEGUNDO SEMESTRE

PLANO DE DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio		
Disciplina Estatística aplicada à segurança do Trabalho		Módulo: V
Núcleo: Profissionalizante		2º Semestre
CH Teórica: 48h/a	CH Prática: 0 h/a	CH Total: 48 h/a
Objetivo Geral:		
Conhecer os princípios de estatísticas, por meio da utilização de ferramentas empregadas para tratamento de dados. Interpretar dados e formular parecer técnico.		
Ementa:		
Noções de estatística; Estatística básica; Probabilidade; Probabilidade binomial.		
Referências básicas:		
ANDERSON, David R.; SWEENEY, Denis J.; WILLIAMS, Thomas A. Estatística aplicada à administração e economia . São Paulo: Thompson Learning, 2003. BUSSAB, Wilton O.; MORETTIN, Pedro A. Estatística básica . 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2003. MORETTIN, P. A. & BUSSAB, W. O. (2010) Estatística Básica . 6a ed. São Paulo: Saraiva.		
Referências complementares:		

CRESPO, A. A. **Estatística Fácil**. 19a ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática: Contextos e aplicações**. São Paulo: Ática, 2013.

MAGALHÃES, Marcos N.; LIMA, Antonio C. P. **Noções de probabilidade e estatística**. 6.ed. São Paulo: Edusp, 2005.

HOJI, masakazu. **Administração financeira e orçamentária**. 11. Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

HOFFMANN, Rodolfo. **Estatística para Economistas**. 4a ed. São Paulo: Cengage Learning, 2006.

PLANO DE DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio		
Disciplina: Desenho Técnico		Módulo: V
Núcleo: Profissionalizante		2º Semestre
CH Teórica: 36h/a	CH Prática: 36h/a	CH Total: 72 h/a
Objetivo Geral:		
Conhecer, operar, interpretar e executar ferramentas aplicadas no desenho técnico.		
Ementa:		
Teoria e prática do desenho técnico aplicado à representação gráfica e convenções de projetos. Normas técnicas. Noções de planejamento visual. Noção de desenho arquitetônico. Noções de AutoCAD.		
Referências básicas:		
FRENCH, Thomas E.; VIERCK, Charles J. Desenho Técnico e Tecnologia Gráfica . São Paulo: Editora Globo, 2011.		
GOMES, Adriano Pinto. Desenho Técnico . Ouro Preto: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais; Rede e-Tec Brasil, 2012.		
MONTENEGRO, Gildo A. Desenho Arquitetônico . São Paulo: Ed. 4ª, Edgard Blücher Ltda. 2001.		
SILVA, A., DIAS, J., SOUSA, L. Desenho Técnico Moderno . Lisboa: Lidel, 2006.		

Referências complementares:

ALBIERO, S. **Desenho Técnico Fundamental**. São Paulo: EPU, 2006.

BAPTISTA, F. P; MICELI, M. T. **Desenho Técnico Básico**. 3 ed. São Paulo: do Livro Técnico, 2001.

LEAKE, James M.; BORGERSON, Jacob L. **Manual de Desenho Técnico para Engenharia** - Desenho, Modelagem e Visualização. São Paulo: LTC, 2015.

RIBEIRO, Milton. **Planejamento Visual Gráfico**. Ed. LGE Editora. 2005.

NETTO, Claudia Campos. **Estudo Dirigido de Autocad 2015** - Para Windows. São Paulo: Editora Érica, 2014.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio

Disciplina: Higiene e Saúde Ocupacional II

Módulo: VI

Núcleo: Profissionalizante

2º Semestre

CH Teórica: 36h/a

CH Prática: 36h/a

CH Total: 120 h/a

Objetivo Geral:

Conhecer normas, recomendações sanitárias e ocupacionais a fim de evitar contaminação por agentes físicos, químicos, biológicos ou desenvolvimento de doenças decorrentes de postura inadequada, uso incorreto de equipamentos, etc.

Ementa:

Décima sexta norma regulamentadora: NR-16; Vigésima norma regulamentadora: NR-20; Doenças Profissionais X Doenças Ocupacionais; Riscos Físicos; Vibrações; Síndrome de Raynaud de Origem Ocupacional; Ruído; Pressões Anormais; Radiações; Dermatoses Ocupacionais por agentes físicos Riscos Químicos; Doenças respiratórias ocupacionais; Dermatoses Ocupacionais por agentes químicos; Riscos Biológicos; Programas de imunização; NR – 32; Riscos Ergonômicos; Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO.

Referências básicas:

BELTRAMI, Monica; STUMM, Silvana. **Higiene no Trabalho**. Curitiba: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Paraná; Rede e-Tec Brasil, 2011.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Manual de Procedimentos para os serviços de saúde**. Doenças Relacionadas ao Trabalho. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001.

PACHECO JUNIOR, Waldemar. **Qualidade na Segurança e Higiene do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 1995.

VIERIA, Sebastião Ivone. **Medicina básica do trabalho**. Genesis editora. Curitiba, 1994.

Referências complementares:

BURGESS, William. **Identificação de possíveis riscos à saúde do trabalhador nos diversos processos industriais**. Belo Horizonte: Ergo Editora, 1997.

LEITE, Edna M A; SIQUEIRA, Maria E P B, Couto, Hudson A. **Monitorização biológica de trabalhadores expostos a substâncias químicas**. Belo Horizonte: Ergo Editora, 1992.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Risco Químico: atenção à saúde dos trabalhadores expostos ao benzeno**. Brasília: MS, 2006.

MONTEIRO, A.L.; BERTAGNI, R.F.S. **Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais**. São Paulo: Saraiva 2004.

SILVA, M.G.C. **Saúde Ocupacional: Auto-avaliação e Revisão**. São Paulo: Atheneu, 1999.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio

Disciplina: Português Instrumental

Módulo: VI

Núcleo: Profissionalizante

2º Semestre

CH Teórica: 24h/a

CH Prática: 24h/a

CH Total: 48 h/a

Objetivo Geral:

Reconhecer a necessidade do domínio da língua portuguesa na comunicação formal, para o aperfeiçoamento da escrita, interpretação, redação oficial, bem como sua importância na comunicação entre as pessoas e organizações.

Ementa:

Elementos da comunicação. Funções da linguagem. Leitura, compreensão e interpretação textual. Redação oficial. Redação científica. Ortografia. Pontuação. Concordância. Regência.

Referências básicas:

SOARES, Maria Isolina de Castro. **Português Instrumental**. Colatina: CEAD/IFES; Rede e-Tec Brasil, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Manual de redação da Presidência da República**. Brasília, 2002.

BECHARA, Evanildo. **Gramática escolar da língua portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

Garcia, Othon M. **Comunicação e prosa Moderna**: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

Referências complementares:

BELTRÃO, Odacir. BELTRÃO, Mariusa. **Correspondência**: linguagem e comunicação oficial, empresarial, particular. 18 ed. São Paulo: Atlas, 1990.

BLIKSTEIN, I. **Técnicas de comunicação escrita**. 22.ed., São Paulo: Ática, 2006.

FIORIN, José Luiz, SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto**. São Paulo: Ática, 1997.

GONÇALVES, Adair Vieira e BAZRIM, Milene. (orgs) **Interação, gêneros e letramento. A (Re) escrita em foco**. São Carlos: Claraluz, 2009.

BLIKSTEIN, I. **Técnicas de comunicação escrita**. 22.ed., São Paulo: Ática, 2006.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio

Disciplina: Prevenção e Combate a Sinistro II

Módulo: VII

Núcleo: Profissionalizante

2º Semestre

CH Teórica: 24h/a

CH Prática: 24h/a

CH Total: 72 h/a

Objetivo Geral:

Conhecer a legislação própria da área segurança do Trabalho a identificação, e prevenção de situações que colocam o risco a integridade dos funcionários.

Ementa:

Conceitos fundamentais e evolução histórica dos riscos ambientais; Planos de emergência Árvore de causas; Planos de contingência e seguros e resseguros no Brasil; Vigésima segunda norma regulamentadora; Vigésima nona norma regulamentadora; Trigésima norma regulamentadora; Trigésima primeira norma regulamentadora.

Referências básicas:

AITA, José Carlos Lorentz; PEIXOTO, Nirvan Hofstadler. **Prevenção e Combate a Sinistros**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria: Colégio Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, 2014.

BELTRAMI, Monica; STUMM, Silvana Bastos. **Controle de Riscos e Sinistros**. Curitiba: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Paraná; Rede e-Tec Brasil, 2012.

CAMPOS, V. F. **Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia**. Belo Horizonte: Ed. Desenvolvimentos Gerenciais, 2001.

DE CICCIO, F. M.; FANTAZZINI, M. L. **Introdução à engenharia de segurança de sistemas**. São Paulo: Fundacentro, 1988.

HARRINGTON, H. **Gerenciamento total da melhoria contínua**. São Paulo: Makron Books, 1997.

Referências complementares:

ABIQUIM. **Manual para atendimentos de emergências**. São Paulo: Pró-química, 2006.

AITA, José Carlos Lorentz. **Prevenção e combate a sinistros**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, 2012.

CARDELLA, B. **Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística**. São Paulo: Atlas. 2007.

DEJOURS. C. **Trabalho, tecnologia e organização: avaliação do trabalho submetido à prova real**. São Paulo: Blucher, 2008.

MAGGI, B.; DWYER. T.; CARUSO, L. A. C. **Trabalho, tecnologia e organização**. São Paulo: Blucher, 2007.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio

Disciplina: Processos Industriais

Módulo: VII

Núcleo: Profissionalizante		2º Semestre
CH Teórica: 64h/a	CH Prática: 32h/a	CH Total: 96 h/a
Objetivo Geral:		
Conhecer noções básicas dos processos de industriais, equipamentos e máquinas para avaliar os impactos das tecnologias nos processos de produção e sua relação com a segurança e saúde no ambiente de trabalho.		
Ementa:		
Conceituação e importância; Processos Industriais; Ventilação; Manutenção; Corrosão; NR 12- Proteção de máquinas e equipamentos; Superfícies de trabalho e estruturas diversas; NR 11- Transporte, armazenagem e manuseio de materiais; NR 33- Espaço Confinado; Construção Civil; NR 14-Fornos; NR 13- Caldeiras e Vasos sob pressão; NR 10-Instalações e serviços em eletricidade.		
Referências básicas:		
ARAÚJO, Giovanni M. Normas Regulamentadoras Comentadas . Volumes 1 e 2. Goiânia: Editora GVC, 2011.		
AITA, José Carlos Lorentz; PEIXOTO, Nirvan Hofstadler. Tecnologias e Processos Industriais I . Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria: Colégio Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, 2012.		
AITA, José Carlos Lorentz; PEIXOTO, Nirvan Hofstadler. Tecnologias e Processos Industriais II . Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria: Colégio Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, 2013.		
AITA, José Carlos Lorentz; PEIXOTO, Nirvan Hofstadler. Tecnologias e Processos Industriais III . Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria: Colégio Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, 2013.		
BURGESS, Willian A. Identificação de Possíveis Riscos à Saúde do Trabalhador nos diversos Processos Industriais. Belo Horizonte: ERGO, 1997.		
CAMPOS, Armando, TAVARES, José da Cunha, LIMA, Valter. Prevenção e Controle de Risco em Máquinas, Equipamentos e Instalações. São Paulo: SENAC, 2006.		
Referências complementares:		

BENSOUSSAN, Eddy. **Manual de Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho**. São Paulo: Atheneu, 1999.

MACINTYRE, A. J.. **Equipamentos Industriais e de Processos**. São Paulo: LTC, 1997.

TORREIRA, Raul Peragallo. **Segurança industrial**. São Paulo, Gráfica Palas Athena, 1999.

VIEIRA, Sebastião Ivone. **Manual de Saúde e Segurança do Trabalho**. Curitiba: Mestra, 2000. 2V.

WONGTSCHOWISKI, Pedro. **Curso de coordenação de projetos industriais**. 2.ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Petróleo, 1994.

PLANO DE DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio		
Disciplina: Segurança do Trabalho		Módulo: VIII
Núcleo: Profissionalizante		2º Semestre
CH Teórica: 56 h/a	CH Prática: 16 h/a	CH Total: 72 h/a
Objetivo Geral:		
Aplicar medidas preventivas no ambiente de trabalho através de conhecimento dos aspectos técnicos e legais da segurança do trabalho.		
Ementa:		
A história da Segurança do Trabalho; Normas Regulamentadoras nºs 01, 02, 03, 04, 05 e 06; Atribuições do Técnico de Segurança do Trabalho; Acidentes e doenças ocupacionais: conceitos, causas, fatores, custos, aspectos sociais e econômicos; Análise de acidentes do trabalho com a utilização de ferramentas adequadas; estudo das estatísticas de acidentes do trabalho; preenchimento da Comunicação de Acidentes do Trabalho – CAT; inspeções de higiene e segurança em ambientes laborais; Apresentação do Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT e do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA; Preenchimento do Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP; Estabelecimento de comparativo entre a NR-15 e o Anexo IV do Regulamento da Previdência Social.		
Referências básicas:		

AYRES, Dennis de Oliveira; CORRÊA, José Aldo Peixoto. **Manual de prevenção de acidentes do trabalho: aspectos técnicos e legais**. São Paulo: Atlas, 2001.

FERREIRA, Leandro Silveira; PEIXOTO, Nevertton Hofstadler. **Segurança do Trabalho I**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria: Colégio Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, 2012.

COSTA, Paulo Roberto. **Segurança do Trabalho II**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria: Colégio Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, 2013.

BARNEWITZ, Luziany Colusso. **Segurança do Trabalho III**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria: Colégio Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, 2013.

COSTA, Paulo Roberto. **Segurança do Trabalho IV**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria: Colégio Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, 2014.

PAULINO, NarayJesimar Aparecida; MENEZES, João Salvador Reis. **O acidente do trabalho: perguntas e respostas**. São Paulo: LTR, 2003.

PEREIRA, Alexandre Demetrius. **Tratado de segurança e saúde ocupacional: aspectos técnicos e jurídicos**. São Paulo: LTr, 2005. 7v.

Referências complementares:

CAMPOS, A.; TAVARES, J. C.; LIMA, W. **Prevenção e controle de riscos em máquinas, equipamentos e instalações**. São Paulo: SENAC, 2006.

DUARTE, Edgard Filho. **Programa 5 minutos diários de segurança, saúde ocupacional e meio ambiente**. Belo Horizonte: Ergo Editora, 1999.

KWITKO, Airton. Coletânea nº 2: **audiologia forense, CAT po perda auditiva, quantificação da pair, audiometria ocupacional, PPP e ética médica, PPP e audiometria e outros tópicos**. São Paulo: LTr, 2004.

MONTEIRO, Antonio Lopes; BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais: conceito, processos de conhecimento e de execução e suas questões polêmicas**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SALIBA, Tuffi Messias; PAGANO, Sofia C. Reis Pagano. (Org.). **Legislação de segurança, acidente do trabalho e saúde do trabalhador**. São Paulo: LTr, 2009.



TERCEIRO SEMESTRE

PLANO DE DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio		
Disciplina: Ética Profissional e Cidadania		Módulo: IX
Núcleo: Profissionalizante		3º Semestre
CH Teórica: 48 h/a	CH Prática: 0 h/a	CH Total: 48 h/a
Objetivo Geral:		
Compreender os princípios básicos da Ética os acontecimentos sociais, políticos e culturais à luz da ética e da cidadania no contexto contemporâneo do mundo ocidental.		
Ementa:		
Ética e moral. Fundamentos de ética. A ética no pensamento ocidental. Capitalismo, comércio, indústria e a ética do autointeresse. O mundo do trabalho, o empresário e a sociedade. A ética empresarial, a globalização e o confronto de culturas. Ética profissional em um mundo globalizado e responsabilidade social. A atuação profissional e os dilemas éticos. O exercício da profissão e o código de ética.		
Referências básicas:		
COSTA, Jurandir Freire. A ética e o espelho da cultura . Rio de Janeiro: Rocco, 1995. KORTE, Gustavo. Iniciação à ética . São Paulo: Ed. Juarez de Oliveira, 1999. NOVAES, A. (org.). Ética . São Paulo: Cia. das Letras, 1994.		
Referências complementares:		
BAUMAN, Zygmunt. Em busca da política . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. FAGUNDES, Márcia Botelho. Aprendendo valores éticos . Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000. GUARESCHI, Pedrinho & BIZ, Osvaldo. Mídia e Democracia . Porto Alegre: PG/OB, 2005. OLIVEIRA, M. (Org.). Correntes fundamentais da ética contemporânea . Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. SÁ, Antônio Lopes de. Ética profissional . São Paulo: Atlas, 1998.		



PLANO DE DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio		
Disciplina: Análise de Risco Prática		Módulo: IX
Núcleo: Profissionalizante		3º Semestre
CH Teórica: 24 h/a	CH Prática: 48 h/a	CH Total: 72 h/a
Objetivo Geral:		
Analisar situações e/ou condições laborais que representam risco à saúde do trabalhador ou de terceiro, aplicando habilidade operacional, liderança, controle emocional e gerenciamento de situação de risco.		
Ementa:		
Análise Preliminar de Risco-APR. Liberação de Trabalho de Risco- LTR. Permissão de Trabalho-PT. Permissão de Entrada e Trabalho-PET. Check List (Normas, Inspeções, Atividades etc). Procedimento Operacional Padrão-POP.		
Ordens de Serviço - OS. Relatórios de Inspeção. Demonstração e Uso dos Equipamentos de Avaliação para a Elaboração dos documentos de Análise de Risco Prática. Registro e Arquivamento de Treinamentos na empresa.		
Referências básicas:		
ARAÚJO, Wellington. Tavares. Manual de Segurança do Trabalho . São Paulo: DCL Difusão Cultural do Livro, 2011.		
BARROS, Sergio Silveira; Análise de Riscos . Curitiba: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Paraná; Rede e-Tec Brasil, 2013.		
BELTRAMI, Monica; STUMM, Silvana Bastos. Controle de Riscos e Sinistros . Curitiba: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Paraná; Rede e-Tec Brasil, 2012.		
SCALDELA, Aparecida Valdinéia, OLIVEIRA, Cláudio Antonio Dias de; MILANELI, Eduardo; CAS, João Bosco de. Manual Prático de Saúde e Segurança do Trabalho . São Caetano do Sul: Yendis, 2011.		
OLIVEIRA, Cláudio Antônio Dias de. Segurança e Saúde no Trabalho - Guia de Prevenção de Riscos. São Paulo: Yendis, 2012.		
Referências complementares:		

ARAÚJO, Alexandre Da Costa. Legislação Trabalhista e Previdenciária Aplicada a Saúde e Segurança do Trabalhador. São Paulo: AB, 2007.

CARDELLA, Benedito. **Segurança no trabalho e prevenção de acidentes:** uma abordagem holística. São Paulo: Atlas. 2007.

MASCIA, Fausto Leopoldo; DEJOURS, Christophe; SZNELWAR, Laerte Idal. **Trabalho, tecnologia e organização:** avaliação do trabalho submetido à prova real. S. P. Ed. Blucher. 2008.

MORAIS, Carlos Roberto Naves. **Perguntas e Respostas Comentadas em Segurança e Saúde do Trabalho.** São Paulo: Yendis.

PAOLESCHI, Bruno. CIPA - **Guia Prático de Segurança.** São Paulo: 2009

PLANO DE DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio		
Disciplina: Controle Ambiental		Módulo: X
Núcleo: Profissionalizante		3º Semestre
CH Teórica: 48 h/a	CH Prática: 24 h/a	CH Total: 72h/a
Objetivo Geral:		
Conhecer e Aplicar legislação ambiental conforme recomendação dos órgãos técnicos.		
Ementa:		
Fontes de Impacto Ambiental. Desenvolvimento Sustentado. Resíduos industriais: sólidos, líquidos e atmosféricos. Produção Mais Limpa. Fundamentação legal para a exigência do licenciamento ambiental. Características dos tipos de licenças emitidas. Processo do licenciamento nas esferas federal, estadual e municipal.		
Referências básicas:		

CONEJO, João G. Lotufo; MIWRZWA, José Carlos; BARROS, Mario Thadeu L.; SPENCER, Milton; PORTO, Monica; NUCCI, Nelson; JULIANO, Neusa; EIGER, Sérgio. **Introdução à Engenharia Ambiental**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

Biagio F. Giannetti, Cecília M. V. B. Almeida

GIANETTI, Biagio.F.; ALMEIDA, Cecília M. V. B. **Ecologia Industrial**. São Paulo: Edgard Blucher, 2006.

FRANCESCHI, Alessandro. **Controle Ambiental**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria: Colégio Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, 2011.

RUPPENTHAL, Janis Elisa. **Gestão Ambiental**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria: Colégio Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, 2014.

SPERLING, Marcos Von. **Princípios básicos do tratamento de esgotos**. 4.ed. Departamento de Eng. Sanitária e Ambiental; Universidade Federal de Minas Gerais. 2001.

Referências complementares:

BRASIL. **Política Nacional do Meio Ambiente** (Lei 6938, de 31/08/81).

Resoluções CONAMA 05/1989; 03/1990; 375/2005; 001/1986 e 237/1997.

Sánchez, Luis Enrique. **Avaliação de Impacto Ambiental – conceitos e métodos**.

São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

TENNEPOHL, Curt; TRENNEPOHL, Terence Dornelles. **Licenciamento Ambiental**. Editora Impetus. 304p. 2008.

VERDUM, Rorberto. e MEDEIROS, Rosa. Maria Vieira. (org). **Rima**: relatório de impacto ambiental. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio

Disciplina: Empreendedorismo

Módulo: X

Núcleo: Profissionalizante

3º Semestre

CH Teórica: 32 h/a

CH Prática: 16 h/a

CH Total: 48 h/a

Objetivo Geral:

Desenvolver atitudes e comportamento proativo, análise de risco e tomada de decisão, a fim desenvolver autoconhecimento, bem como aplicação de conceitos inerentes ao empreendedorismo.

Ementa:

O processo empreendedor. Empreendedores independentes. Empreendedorismo interno. Identificação de oportunidades. O plano de negócios. A busca de financiamento. A assessoria para o negócio. Questões legais de constituição de empresas. Recomendações ao empreendedor. Noções de gestão de pessoas. Gestão do ambiente organizacional do trabalho. Cooperativismo e associativismo. Mercado e o desenvolvimento econômico.

Referências básicas:

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo:** dando asas ao espírito empreendedor. São Paulo: Saraiva, 2012.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Planos de negócios que dão certo.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

MAXIMINIANO, Antônio Cesar Amaru. **Administração para empreendedores:** fundamentos da criação e da gestão de novos negócios. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

Referências complementares:

BATEMAN, Thomas S. **Administração.** Porto Alegre: McGraw Hill/Artmed, 2012.

CARVALHO, Adriano. Dias. **Cooperativismo sob a ótica da gestão estratégica.** São Paulo: Baraúna, 2011.

CAVALCANTI, Marly; FARAH, Osvaldo Elias; MARCOS, Luciana Passos.

Empreendedorismo estratégico: criação e gestão de pequenas empresas. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas.** Rio de Janeiro: Campus, 2009.

JUNIOR, Elias Daher. **Administração de marketing: os caminhos e desafios do profissional.** Londrina: Eduel, 2013.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio

Disciplina: Ergonomia

Módulo: XI

Núcleo: Profissionalizante

3º Semestre

CH Teórica: 60h/a	CH Prática: 12 h/a	CH Total: 72 h/a
Objetivo Geral:		
Aplicar os princípios básicos de ergonomia com propósito de reduzir danos a saúde do trabalhador.		
Ementa:		
Introdução à ergonomia e organização do trabalho: conceitos, históricos, objetivos. Estudo da NR 17; Definição de ergonomia física, bem como posturas no ambiente de trabalho, movimentação de carga, biomecânica do movimento; Estudo da ergonomia cognitiva e estudo dos processos mentais no trabalho. Estudo da ergonomia organizacional e sua importância na organização do trabalho.		
Referências básicas:		
ATLAS, Equipe. Manuais de legislação Segurança e Medicina do Trabalho . São Paulo: Editora Atlas, 2013.		
DUL, Jan; WEERDMEESTER, Bernard. Ergonomia Prática . São Paulo: Blucher, 2009.		
LIDA, Itiro. Ergonomia: projeto produção . São Paulo: Blucher, 2005.		
WACHOWICZ, Marta Crisitna. Ergonomia . Curitiba: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Paraná; Rede e-Tec Brasil, 2013.		
Referências complementares:		
BRASIL; ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE NO BRASIL. Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde . Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001.		
CASTILLO, Juan José; VILLENA, Jesus. Ergonomia: Conceitos e Métodos . Lisboa: Dinalivros, 2005.		
FUNDACENTRO. Pontos de verificação ergonômica: Soluções práticas e de fácil aplicação para melhorar a segurança, a saúde e as condições de trabalho . São Paulo: FUNDACENTRO, 2011.		
MONT'ALVÃO, Cláudia; FIGUEIREDO, Fabiana. Ginástica Laboral e Ergonomia . São Paulo: Sprint, 2005.		
MORAES, Giovanni. Normas Regulamentadoras Comentadas e Ilustradas . Rio de Janeiro: GVC, 2013. 3 v.		



PLANO DE DISCIPLINA

Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio

Disciplina: Prevenção e Controle de Perdas

Módulo: XI

Núcleo: Profissionalizante

3º Semestre

CH Teórica: 60h/a

CH Prática: 12 h/a

CH Total: 96 h/a

Objetivo Geral:

Conhecer princípios básicos e técnicas de análise de riscos necessárias para tomada de decisões visando à garantia do alcance das metas necessárias à sobrevivência das organizações.

Ementa:

Evolução do pretenciosismo; Custo direto / custo indireto; Sistema convencional de análise de acidentes; Avaliação das perdas num processo; segurança patrimonial; Inspeção de segurança; Permissão de trabalho; Análise de segurança de trabalho; Procedimento de trabalho; Observação planejada de trabalho; técnicas de análise de riscos; Confiabilidade de sistemas.

Referências básicas:

CARDELLA, Benedito. **Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística**. São Paulo: Atlas, 2010.

CAMARGO, Wellington. **Gestão em Segurança do Trabalho**. Curitiba: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Paraná; Rede e-Tec Brasil, 2011.

SANTOS, Carlos Eduardo. **Prevenção de Perdas e Gestão de Riscos**. São Paulo: Sicurezza, 2012.

TAVARES, José da Cunha. **Noções de prevenção e controle de perdas em acidentes do Trabalho**. São Paulo: SENAC, 2010.

Referências complementares:

ARAÚJO, Giovanni Moraes. **Sistema de Gestão de Riscos: Princípios e Diretrizes**. Rio de Janeiro: GVC, 2010. v 1.

BINDER, Maria Cecília; DE ALMEIDA, Ildeberto Muniz; MONTEAU, Michel. **Árvore de Causas: Método de Investigação de Acidentes de Trabalho**. São Paulo: Limiar, 2003.

CAMPOS, Vicente Falconi. **Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia**. Belo Horizonte: Indg Tecnologia e Serviços Ltda, 2014.

DE CICCIO, Francesco; FANTAZZINI, Mario Luiz. **Tecnologias Consagradas de Gestão de Riscos**. São Paulo: Risk Tecnologia, 2003.

ROXO, Manuel. **Segurança e Saúde do Trabalho: Avaliação e Controle de Riscos**. São Paulo: Almedina, 2009.

PLANO DE DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio		
Disciplina: Primeiros Socorros		Módulo: XII
Núcleo: Profissionalizante		3º Semestre
CH Teórica: 36h/a	CH Prática: 36 h/a	CH Total: 72 h/a
Objetivo Geral:		
Conhecer os fundamentos dos primeiros socorros bem como a aplicação de princípios e técnicas de prevenção de acidentes e socorro a acidentados.		
Ementa:		
Introdução aos primeiros socorros; queimaduras; Hemorragias, ferimentos e contusões; Fraturas, Luxações e Entorses; Desmaios; Corpos estranhos; Intoxicação; acidentes com animais raivosos e peçonhentos; Ressuscitação cardiopulmonar; Mobilização e transporte de acidentados; Angina e Infartos; acidentes com múltiplas vítimas.		
Referências básicas:		

BERGERON, J.D. et al. **Primeiros socorros**. São Paulo: Atheneu, 2008.

BRASIL. **Protocolo de suporte básico de vida**. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001.

BRASIL, Ministério da saúde. **Manual de primeiros socorros**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2003.

CORRÊA, Rubens Gomes; CRIVELLARO, João Luis Gallego; FILHO, Ubaldino da Rosa Ferreira. **Medicina do Trabalho e Primeiros Socorros**. Curitiba: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Paraná, Redes e-Tec Brasil, 2012.

MUNIZ, Maria Luísa Corrêa. **Primeiros Socorros**. Recife: Secretaria Executiva de Educação Profissional de Pernambuco, Rede e-Tec Brasil, 2017

Referências complementares:

BOTELHO, Manoel Henrique Campos. **Manual de Primeiros socorros do Engenheiro e do Arquiteto**. São Paulo: Blucher, 2009.

DEBATIN, Roseane. **Primeiros Socorros - Técnicas Convencionais e Alternativas Integradas**. São Paulo: Sohaku-in, 2003.

FLEGEL, Melinda J. **Primeiros Socorros no Esporte**. São Paulo: Manole, 2012.

GONÇALVES, Keyla Maria; GONÇALVES, Kênia Maria. **Primeiros socorros em casa e na escola**. São Paulo: Yendis, 2009.

HAFEN, Brent Q.; KARREN, Frandsen. **Primeiros Socorros para estudantes**. São Paulo: Manole, 2002.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio

Disciplina: Projeto Integrador

Módulo: XII

Núcleo: Profissionalizante

3º Semestre

CH Teórica: 24h/a

CH Prática: 24 h/a

CH Total: 48 h/a

Objetivo Geral:

Despertar a capacidade de trabalho em equipe, autônoma e empreendedora por meio da realização do trabalho interMódulo, integrando teoria-prática através do ensino, pesquisa e extensão como atividades integradoras de conteúdos e matérias que norteiam a sua formação.

Ementa:

Desenvolvimento e apresentação de projeto integrando Módulos e seus conteúdos; Aspectos da interMóduloridade; Integração teoria/prática.

Referências básicas:

BASTOS, Lília da Rocha et al. **Manual para elaboração de projetos e relatórios de pesquisas, teses, dissertação e monografias**. Rio de Janeiro: Ltc, 2004.
BACK, Nelson et al. **Projeto Integrado de Produto**. São Paulo: Manole, 2010.
BERNARDES, Maurício Moreira e Silva. **MSPROJECT 2010 - Gestão e Desenvolvimento de Projetos**. São Paulo: Érica, 2010.

Referências complementares:

CAMILLO JÚNIOR, Abel Batista. **Manual de prevenção e combate a incêndios**. São Paulo: Editora SENAC, 2013.
GUZMÁN, Áurea V. & NEVES, José Tarcísio de Carvalho. **Manual de Planejamento de Emergências: Como Desenvolver e Redigir um Plano de Emergências**. São Paulo: CN Editorial, 2000.
SALIBA, Tuffi Messias. **Manual Prático de Higiene Ocupacional e PPRA**. São Paulo: LTr, 2013.
SHERIQUE, Jaques. **Aprenda como fazer: PPP - RAT/FAP - PPRA/NR-9 - PPRA-DA (INSS) - PPRA/NR-32 - PCMAT - PGR - LTCAT - LAUDOS TÉCNICOS - CUSTEIO DA APOSENTADORIA ESPECIAL - GFIP**. São Paulo: LTR, 2011.
JÚNIOR, L. C.; GAZZONI, W. C.; FREITAS, J. C. **Projeto interdisciplinar: uma metodologia de ensino baseada na interdisciplinaridade e no protagonismo discente**. In: Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia (COBENGE), Belém, 2012.

1.7. METODOLOGIA

A proposta pedagógica do curso procura refletir os princípios de formação profissional e humana com base no projeto de sociedade, nos objetivos, bem como no perfil do egresso. Baseando-se nos princípios de pluralismo de ideias, de concepções pedagógicas; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

O curso será proposto considerando a capacidade de aprendizagem do

educando, independente de sua faixa etária ou condição social. Sua estruturação dar-se-á da seguinte forma, 80% carga horária via EAD por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e 20% presencial. Estas metodologias, quando bem utilizadas, possibilitam desenvolvimento da autonomia intelectual, organização do tempo e espaço, autodisciplina e autoconfiança do educando. Percepção e ciência de que ele é o principal agente construtor do processo ensino-aprendizagem, características muito importantes no mundo de trabalho e social que estamos vivenciando.

As aulas presenciais serão ministradas semanalmente no Polo. Enquanto que as aulas EAD serão disponibilizadas no portal AVA podendo ser acessadas remotamente por equipamento eletrônico.

O Polo de apoio do curso ficará incumbido de oferecer a infraestrutura básica necessária para desenvolvimento das atividades EaD do curso, com uma sala com 15 computadores com internet.

1.7.1. Concepção do Curso e Abordagens Pedagógicas

O Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança visa proporcionar uma sólida formação com o propósito de formar um profissional, que tenha autonomia no pensar e decidir e que seja capaz de atender as necessidades regionais e nacionais no âmbito de suas competências profissionais.

A implantação do curso tem por finalidade também formar indivíduo que esteja apto a atuar profissionalmente em equipes multiprofissionais ou individualmente, na iniciativa privada ou no setor público, em grandes ou pequenos centros urbanos, com produtividade e qualidade, tendo como preocupação a relação entre o ambiente e a qualidade de vida física e intelectual dos semelhantes. Muito pelo contrário, esse curso somará esforços aos demais mantidos pela instituição rumo ao cumprimento de sua grande missão que é formar profissionais capacitados para o mercado de trabalho e para o exercício da cidadania plena.

Desta forma o campus Ariquemes desempenha papel primordial na oferta da educação profissional, através de cursos técnicos, contribuindo para a profissionalização de jovens e adultos da grande região de Ariquemes, o que justifica a criação do curso de formação técnica em Segurança do Trabalho.

1.7.2 Prática como Componente Curricular

A Prática como Componente Curricular será desenvolvida ao longo do Curso, integrando todas as disciplinas a fim de estabelecer conexão entre os conhecimentos teóricos e práticos na construção do perfil do profissional em Segurança do Trabalho. A culminância da mesma se dará por meio da disciplina Projeto Integrador. Nessa proposta, serão trabalhadas diversas atividades, dentre elas podem-se elencar:

- ✓ **Excursão e visita técnica:** visita orientada de alunos e professor a ambientes de produção ou serviço relacionados ao curso, com vistas à vivência prévia das condições de trabalho, e que pode ser computada como aula, quando envolve toda a turma à qual a aula se aplica;
- ✓ **Atividade de extensão:** atividade complementar orientada pelos professores (feira, mostra, projetos culturais e sociais, oficina, visita técnica, encontros, cursos de extensão, criação da Semana de Segurança do Trabalho, entre outras), que desenvolva algum conteúdo trabalhado em sala de aula ou ambiente assemelhado, dentro do curso, e que pode ser computada como aula mediante aprovação da Diretoria de Ensino;

1.7.3 Estratégias de Acompanhamento Pedagógico

O *Campus* Ariquemes se organiza de modo que o curso seja aplicado com um trabalho cooperativo de professores, colegiados e pessoais pedagógicos-administrativo. Há um conjunto de profissionais, com perfil adequado e de setores específicos que trabalham em integração, envolvendo as atividades de ensino, pesquisa, extensão e controle acadêmico.

O *Campus* conta com colegiados para tratar de assuntos administrativos e de formação acadêmica, o Conselho de Classe e outras representações próprias da estrutura organizacional da unidade ou do IFRO. Pode contar também com representações discentes, quando formalmente constituídas.

1.7.4 Estratégias de Desenvolvimento de Atividades EaD

A carga horária em EaD se constituirá de atividades a serem programadas pelo professor de cada disciplina na modalidade. Sua aplicação se dará pelo uso de estratégias específicas, pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Por meio dele, serão viabilizadas atividades de ensino e aprendizagem, acesso a materiais pedagógicos, ferramentas assíncronas e síncronas, mídias educacionais, além de ferramentas de comunicação que propiciem as inter-relações sociais.

Portanto, o AVA auxiliará no desenvolvimento das atividades curriculares e de apoio, como fórum, envio de tarefa, glossário, quiz, atividade off-line, vídeo, etc. Será também uma plataforma de interação e de controle da efetividade de estudos dos alunos, com ferramentas ou estratégias como as elencadas a seguir:

- a) Fórum: tópico de discussão coletiva com assunto relevante para a compreensão de temas tratados e que permite a análise crítica dos conteúdos e sua aplicação.
- b) Chat: ferramenta usada para apresentação de questionamentos e instruções on-line, em períodos previamente agendados.
- c) Quiz: exercício com questões que apresentam respostas de múltipla escolha.
- d) Tarefas de aplicação: Atividades de elaboração de textos, respostas a questionários, relatórios técnicos, ensaios, estudos de caso e outras formas de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.
- e) Atividade off-line: avaliações ou atividades realizadas fora do AVA, em atendimento a orientações apresentadas pelo professor, para o cumprimento da carga horária em EaD.
- f) Tele aulas: aulas gravadas ou transmitidas ao vivo, inclusive em sistemas de parceria com outros Campi ou Instituições, em atendimento à carga horária parcial das disciplinas.
- g) Outras estratégias, ferramentas ou propostas a serem apresentadas pelos professores.

As atividades de EaD devem ser distribuídas de forma que fiquem configurados os elementos fundamentais: conteúdo, carga horária, atividade do aluno, forma de atendimento pelo professor e avaliações a serem aplicadas.

Os professores incluirão, nos seus planos de ensino regulares, os planos de atividades que desenvolverão em EaD, conforme o modelo a seguir:

Quadro 8: Plano de atividades EAD

Plano de Atividade em EAD por Módulo	
Elementos do Plano	Descrição dos Elementos
Objetivos	Identificar aqui os objetivos da aprendizagem
Conteúdos	Elencar as abordagens teórico-práticas
Carga-Horária	Definir o tempo disponível para a atividade
Ferramentas e Estratégias	Prever estratégias e/ou ferramentas de trabalho.
Atividade do Aluno	Identificar a atividade que o aluno desenvolverá: relatório, exercícios, resolução de questionários, etc.
Avaliação	Prever estratégias como provas, testes, debates, respostas aos fóruns, etc.
Material para o Aluno	Apresentar o material a ser usado nos estudos: vídeos, imagens, arquivos
Referências	Elencar o rol de referências: livros, revistas, etc.
Data de Início	Definir a data e hora da abertura da atividade no AVA.
Data de Fechamento	Definir a data e hora do fechamento da atividade no AVA.

Os registros das atividades em EaD seguirão a mesma regularidade das atividades presenciais, atendendo-se aos sistemas de notação adotados pelo IFRO no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio e aos requisitos de qualidade da formação em EaD. Os resultados dos estudos em EaD representarão até 40% das notas por módulo correspondente.

O professor é o responsável pela orientação efetiva dos alunos nas atividades presenciais e em EaD. A coordenação de Curso é responsável pelo acompanhamento e instrução da execução integral dos módulos e disciplinas e prática profissional supervisionada. Os planos de ensino do módulo devem ser apresentados à coordenação de Curso e aos alunos no início de cada disciplina, em conformidade com o projeto pedagógico do curso, atualizados ou reformulados, visando aperfeiçoar a prática docente e, conseqüentemente, melhorar a qualidade da educação ofertada.

1.7.5 Critérios de Aproveitamento de Estudos e de Certificação de Conhecimentos

O aproveitamento dos módulos dar-se-á conforme os critérios dispostos no

Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFRO.

Entende-se por Certificação de Conhecimentos, a validação de saberes adquiridos por meio de experiências previamente vivenciadas em diferentes instituições, inclusive no trabalho, a fim de alcançar dispensa de módulo (disciplina) integrante da matriz curricular do curso (ROA/2016).

A Certificação de Conhecimentos será regida na forma da Lei e por regulamentação própria no âmbito do IFRO (ROA/2016).

1.8. PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA

A prática profissional supervisionada poderá ser desenvolvida de diferentes formas conforme a dinâmica e necessidade da instituição, desenvolvido no ambiente de trabalho, visando à preparação para o trabalho produtivo do educando que esteja frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. Lei nº 11.788, Art. 1º.

A prática profissional tem papel fundamental na formação do educando, propiciando o aprendizado de competências próprias de atividade profissional e a contextualização curricular, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

De forma prática ela ocorrerá por meio de encaminhamento dos educandos a empresas públicas ou privadas através de parcerias ou convênios firmados entre a instituição cedente e a iniciativa e parceria e convênio público-privada.

A carga horária deverá ter um mínimo de 100 horas, ser iniciada a partir de módulo VII, e concluída até término do módulo XII, impreterivelmente.

Este projeto prevê a possibilidade de realizar as seguintes práticas profissionais, como o Estágio Supervisionado; Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Aluno Empresário ou Trabalhador ou atuação em programas de aprendizagem, como o Jovem Aprendiz. Esta variedade de práticas profissionais amplia, significativamente, as chances de os discentes concluírem o curso com o devido desenvolvimento de habilidades e competências na área de Segurança do Trabalho.

a) Estágio supervisionado: as atividades programadas para o estágio devem

manter uma correspondência com os conhecimentos teórico-práticos adquiridos pelo estudante no decorrer do curso. O estágio supervisionado atende à Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que prevê assinatura de termo de compromisso tripartite, orientação (por professor das áreas específicas do curso e profissional supervisor do local de realização do estágio), avaliação, acompanhamento e apresentação de relatórios. A própria instituição também poderá conceder vagas para estágio aos alunos deste curso – neste caso, cumprindo os princípios da Orientação Normativa nº 07 de 30 de outubro de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou a que estiver em vigor no momento. As formas de realização do estágio devem ser definidas conforme o Regulamento de Estágio na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e o Manual de Orientação de Estágio, aprovados Resolução nº 79/2016/CONSUP/IFRO, de 30 de dezembro de 2016. As formas de realização do acompanhamento pedagógico estão disciplinadas no ROA do IFRO.

b) Trabalho de conclusão de curso (TCC): o TCC corresponde a uma produção acadêmica que expressa às competências e as habilidades desenvolvidas ou os conhecimentos adquiridos pelos estudantes durante o curso; consiste numa alternativa prática a ser desenvolvida pelo aluno e orientada por um professor do curso. O aluno apresentará um projeto de pesquisa voltado à resolução de um problema de pesquisa aplicada na área de sua formação. Até o final do prazo de integralização do curso, o aluno deverá desenvolver o TCC, versando sobre uma das possíveis resoluções do problema selecionado para a pesquisa, pautado por um adequado embasamento teórico sob a supervisão e orientação de seu professor orientador. A apresentação do TCC, aprovado pelo professor orientador, é requisito imprescindível para a obtenção de diploma.

c) Empresário ou trabalhador: os estudantes empresários ou trabalhadores vinculados ao mundo do trabalho, cujas atividades relacionam-se com algumas das áreas temáticas do curso, poderão, mediante apresentação de, respectivamente, contrato social da empresa ou contrato formal de trabalho, requerer aproveitamento das atividades desenvolvidas no trabalho para contemplar a carga horária de Prática Profissional Supervisionada equivalente. Para isso, deverão ser realizadas todas as etapas conforme as normativas da Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade.

d) Programas de aprendizagem (como Jovem Aprendiz): os estudantes podem realizar a prática profissional por meio da atuação em programas de aprendizagem,

tais como Jovem Aprendiz. É necessário apresentar o contrato de aprendizagem, cópia autenticada das partes da Carteira de Trabalho e Previdência Social em que constem a identificação pessoal e o vínculo empregatício e, ainda, documento descrevendo as atividades desenvolvidas, devidamente assinadas e carimbadas por sua chefia imediata. Deverão ser realizadas todas as etapas, conforme normativas da Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade.

1.9. APOIO AO DISCENTE

O Campus Ariquemes conta com ampla infraestrutura de apoio ao discente. Além do atendimento geral, por meio da secretaria de registros acadêmicos, coordenação do curso, o aluno tem à disposição:

- núcleo de Atendimento Especializado a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE);
- equipe pedagógica multidisciplinar, composta por Psicólogo, Orientador Educacional, Nutricionista, Enfermeiro, Assistente de Alunos, Assistente Social e Intérprete de Libras;
- biblioteca equipada com computadores conectados a internet;
- apoio financeiro destinado a ajuda de custo para transporte e alimentação nos dias de aula presencial.

Todos estes recursos estarão à disposição do corpo discente durante vigência do curso.

O polo EaD conta com um laboratório de informática com 15 máquinas de computadores com internet para atendimento dos alunos que não dispõe em suas residências.

1.9.1. Atendimento Extraclasse

O atendimento extraclasse será ofertado semanalmente no laboratório de informática para acompanhamento das atividades em ambiente virtual (AVA). A coordenação e tutoria estarão disponíveis conforme cronograma estipulado previamente.

1.9.2 Atividades de EaD

O acompanhamento das atividades EaD será realizada pelo professor e juntamente com coordenação de curso.

Assim, tanto a carga horária presencial quanto a carga horária EaD, constituirá de atividades a serem programadas e executadas pelo professor de cada disciplina. Sua aplicação se dará pelo uso de estratégias específicas em sala de aula e com o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Por meio dele serão viabilizadas atividades de ensino e aprendizagem, acesso a materiais pedagógicos, ferramentas assíncronas e síncronas, mídias educacionais, além de ferramentas de comunicação que propiciem as inter-relações sociais.

Para que a tutoria seja realizada de forma efetiva, três elementos são necessários no processo de interação: aluno, material didático e professor. A experiência com EaD/AVA adotada e das ferramentas didáticas utilizadas têm demonstrado que o sistema tutorial é cada vez mais indispensável ao desenvolvimento de aulas a distância. Nesse processo, cabe ao professor/tutor acompanhar as atividades discentes, motivar a aprendizagem, orientar e proporcionar ao aluno condições de uma aprendizagem autônoma, prestando todo o apoio ao discente no processo de ensino e aprendizagem.

1.9.3 Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no processo ensino-aprendizagem

O IFRO dispõe de um conjunto de recursos de informática disponíveis para a comunidade acadêmica. Os equipamentos estão localizados, principalmente, na sala administrativa, na sala de aula e no laboratório de informática.

O *Campus* Ariquemes disponibiliza para as atividades de ensino 2 laboratório de informática equipados com 30 computadores, todos conectados à internet. Além disso, incorporam de maneira crescente os avanços tecnológicos às atividades acadêmicas. O *Campus* disponibiliza serviço de internet sem fio aos estudantes e incentiva o corpo docente a incorporar novas tecnologias ao processo ensino-aprendizagem, promovendo inovações no âmbito dos cursos.

As tecnologias de informação e comunicação implantadas no processo de ensino-aprendizagem e previstas no Projeto Pedagógico do Curso incluem, especialmente, o uso da imagem e a informática como elementos principais. É estimulado o uso, entre os professores, de ferramentas informatizadas que permitam

o acesso dos alunos aos textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas. As aulas com slides por meio de projetor multimídia ou de aparelhos de televisão possibilitam ao docente utilizar imagens com boa qualidade, além de enriquecer os conteúdos abordados com a apresentação de esquemas, animações, mapas, entre outros. Os docentes utilizam também as linguagens dos modernos meios de comunicação, TV/DVD e da música/som e outros. A integração de dados, imagens e sons; a universalização e o rápido acesso à informação e a possibilidade de comunicação autêntica reduza barreiras de espaço e de tempo e criam um contexto mais propício a aprendizagem.

Nos microcomputadores e softwares disponibilizados pela Instituição para o curso, são utilizados (as):

- a) A internet, como ferramenta de busca e consulta para trabalhos acadêmicos e em projetos de aprendizagem. Sua utilização permite superar as barreiras físicas e o acesso limitado aos recursos de informação existentes. Os docentes propõem pesquisas e atividades para os alunos. Os alunos utilizam as ferramentas de busca (como Periódicos Capes, Google, Google Acadêmico, Yahoo, enciclopédia online, demais banco de dados e outros) para elaborar e apresentar um produto seu, estruturado e elaborado a partir dos materiais encontrados;
- b) A comunicação por e-mail, já está consagrada institucionalmente. Por meio de mensagens, alunos e professores trocam informações sobre trabalhos e provas e enviam arquivos e correções uns para os outros;
- c) Os pacotes de aplicativos, que incluem processador de textos, planilha eletrônica, apresentação de slides e gerenciador de bancos de dados, são, frequentemente, utilizados pelos docentes, na instituição, para preparar aulas e elaborar provas, e pelos alunos, no laboratório de informática e na biblioteca, como extensão da sala de aula. O processador de textos facilita ao aluno novas formas de apropriação da escrita, onde o reescrever é parte do escrever. As planilhas permitem lidar com dados numéricos em diversos componentes curriculares. Além de cálculos numéricos, financeiros e estatísticos, as planilhas também possuem recursos de geração de gráficos, que podem ser usados para a percepção dos valores nelas embutidos quanto para sua exportação e uso em processadores de texto, slides ou blogs;



- d) Os jogos e simulações, propiciando vivências significativas, cruzando dados para pesquisas e fornecendo material para discussões e levantamento de hipóteses;
- e) Nivelamento em disciplinas básicas, cursos de extensão e integralização de carga-horária, on line, por meio do ambiente virtual de aprendizagem (AVA), utilizando o *Modular Object- Oriented Dynamic Learning Environment* (MOODLE).

1.9.4 Procedimentos de Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem

A avaliação no IFRO é vista como um processo contínuo e abrangente, que considera o aluno em sua integralidade; o objetivo é manter a coerência com a ideia de formação de um profissional que tenha a dimensão de seu papel social e a consciência da função social da instituição/empresa em que atua.

A avaliação é entendida como parte inerente ao processo de ensino e seus resultados devem servir para orientar a aprendizagem, cumprindo uma função eminentemente educacional; pauta-se na concepção formativa de um profissional pleno e com competências técnicas e tecnológicas para atuar nas diversas áreas relativas ao curso.

Para a modalidade EaD, o Decreto nº 5.622/2005, em seu art. 4º, estabelece:

A avaliação do desempenho do estudante para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas ou certificados dar-se-á no processo, mediante:

I-cumprimento das atividades programadas;

II-realização de exames presenciais.

§ 1º Os exames citados no inciso II serão elaborados pela própria instituição de ensino credenciada, segundo procedimentos e critérios definidos no projeto pedagógico do curso ou programa.

§ 2º Os resultados dos exames citados no inciso II deverão prevalecer sobre os demais resultados obtidos em quaisquer outras formas de avaliação a distância.

Para a avaliação do desempenho, devem ser utilizados, em cada componente curricular, dois ou mais instrumentos de avaliação diferentes entre si, elaborados pelo professor. O processo de avaliação será realizado em função dos princípios de

formação, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os critérios de cumulação e continuidade.

A estrutura proposta observa a consideração dos resultados ao longo do processo, para permitir o acompanhamento do desempenho do aluno; contempla uma avaliação escrita presencial e atividades de percurso, com a utilização do AVA. As atividades de percurso são avaliações (fóruns, tarefa, questionário e outras estratégias) indicadas pelos professores, postadas no ambiente e desenvolvidas durante a disciplina, com vistas ao enriquecimento e à integralização dos estudos.

Os percentuais da avaliação e das atividades de percurso estão assim distribuídos na composição da nota final em cada disciplina: as atividades de percurso, no AVA, correspondem a 40% da nota final; já a avaliação escrita presencial corresponde a 60%.

O processo avaliativo ainda prevê estratégias complementares de favorecimento à progressão, como a avaliação em segunda chamada, a recuperação e o exame final. Os demais critérios e os procedimentos de avaliação estão definidos no ROA do IFRO, assim como as orientações relativas à frequência, ao cálculo de notas e a outros assuntos específicos de avaliação.

Atendida, em qualquer caso, à frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades escolares, é aprovado o aluno que obtiver nota de aproveitamento não inferior a 60,0 (sessenta), conforme estabelece o ROA dos cursos técnicos.

1.9.5 Número de Vagas

O *Campus* ofertará 50 vagas para o Curso Técnico em Segurança do trabalho Concomitante ao Ensino Médio, o curso será ofertado no turno noturno.

1.9.6 Promoção, retenção e recuperação

Os princípios e orientações gerais relativos à promoção, retenção e recuperação estão contidos no ROA do IFRO. Não havendo a possibilidade de reoferta do curso pelo *Campus*, serão adotadas estratégias especiais em favor da promoção e da recuperação de alunos, a saber:

- ✓ Intensificar os procedimentos de recuperação continuada, sempre que se constatarem perdas no processo de aprendizagem;

- ✓ Aplicar avaliações ou exames substitutivos, inclusive quanto ao exame final, após discussões em Conselho de Classe e as recomendações deste;
- ✓ Fazer um monitoramento frequente do cumprimento de atividade e da frequência dos alunos, por meio de ações dos professores e do Departamento de Apoio ao Ensino (DAPE)
- ✓ Se houver recursos e professores, poderão ser disponibilizadas disciplinas em oferta especial.

DIMENSÃO 2 - COORDENAÇÃO DE CURSO, CORPO DOCENTE E CONSELHO DE CLASSE.

2.1. ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DO CURSO

Atuar em articulação com os demais setores de apoio para atendimento às necessidades dos estudantes e do próprio curso. Suas atribuições e competências são definidas pelo Regimento Interno conforme Resolução nº51/2016 Campus Ariquemes, citadas a seguir:

- I. planejar, com envolvimento de toda a equipe do setor e em consonância com este Regimento, as ações de cada exercício, tendo em vista as diretrizes contidas no Plano de Desenvolvimento Institucional;
- II. implementar as ações do setor, seguindo as orientações da chefia imediata e as normas vigentes que regulam a matéria;
- III. atender aos órgãos de controle interno e externo, no tocante às ações que estão sob a responsabilidade do setor; orientar a comunidade interna e externa, no tocante as ações que estão sob a responsabilidade desse setor;
- IV. acompanhar as atividades de rotina do curso e tomar as providências necessárias para garantia do cumprimento da carga horária, dos horários e da matriz curricular;
- V. acompanhar o processo de registro escolar dos alunos, a matrícula, boletins, certificados, diplomas e outros documentos oficiais relativos aos alunos, junto com a Coordenação de Registros Acadêmicos(CRA);



- VI. emitir parecer quanto aos assuntos relacionados à revisão de avaliação, avaliação em segunda chamada, aproveitamento de estudos, casos de alunos ingressantes por transferência, e outros assuntos específicos ao curso que coordena;
 - VII. divulgar para a comunidade interna e externa, em articulação com a CCOM, a natureza e organização do curso, perfil de formação, condições de ingresso, e outras informações contidas no PPC;
 - VIII. articular com as chefias superiores a elaboração e cumprimento do calendário acadêmico e do PPC;
 - IX. fazer o acompanhamento pedagógico de Estágio junto à Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade, com registros das orientações feitas;
- coordenar as atividades relacionadas aos TCCs, quanto ao levantamento continuado de demandas de orientandos, distribuição de orientadores aos alunos e planejamento de composição de Bancas de Defesa, quando requeridas, no âmbito da sua coordenação.
- X. acompanhar os indicadores de desempenho acadêmico e de gestão no âmbito do curso que coordena e articular-se com o Conselho de Classe ou Colegiado do Curso;
 - XI. Núcleo Docente Estruturante chefia imediata e superior e outros setores da instituição para o desenvolvimento de ações voltadas à permanência e ao êxito dos estudantes;
 - XII. verificar salas, laboratórios e equipamentos, mensalmente, e propor a reposição, troca e conserto de móveis, equipamentos e materiais aos setores competentes, se for o caso;
 - XIII. coordenar a realização de eventos acadêmicos no âmbito do curso que coordena;
 - XIV. convocar e presidir reuniões do Colegiado do Curso e do Núcleo Docente Estruturante;
 - XV. participar do planejamento e controle das visitas técnicas com a Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade (CIEEC);
 - XVI. acompanhar, juntamente com o NAPNE, as ações para a inclusão e diversidade no curso; responsabilizar-se pelos bens patrimoniais



disponibilizados para o setor, em consonância com as diretrizes da Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado(CPALM), informando sempre que houver transferência de responsabilidade;

- XVII. representar o campus nos foros específicos da área, quando se fizer necessário;
- XVIII. sugerir às instâncias administrativas medidas de aperfeiçoamento da organização e do funcionamento da Instituição;
- XIX. alimentar os sistemas de controle físicos e/ou virtuais, relativos ao setor, adotados pelo IFRO e os sistemas governamentais de uso obrigatório;
- XX. apresentar, anualmente e sempre que necessário, relatórios de atividades
- XXI. desenvolvidas pelo setor; planejar e subsidiar os processos de aquisições necessários ao desempenho das atividades do setor;
- XXII. realizar outras ações próprias do setor ou que lhe sejam designadas pela Chefia Imediata.

2.1.1 Identificação do coordenador do curso

A Coordenação do curso será exercida pela professora: Liduina Kenya Fernandes Januário.

2.2. Titulação e formação do coordenador do curso

Abaixo está demonstrada a formação e titulação do coordenador do curso:

Quadro 9: Titulação do coordenador do curso

Ano de início e integralização	Nível	Nome do curso	Instituição
2004	Graduação	Graduação em Sistemas de Informação	FAAr
2004	Especialista	Especialização em Desenvolvimento Web	FATEC-RO

O currículo Lattes do coordenador do curso está disponível em:
<<http://lattes.cnpq.br/8721733403251923> >

2.3 Experiência profissional de magistério em cursos profissionalizantes e de gestão do coordenador do curso

A referida coordenadora possui experiência de sete anos em magistério em cursos profissionalizantes e de um ano e meio em gestão de cursos.

2.4 Regime de trabalho do coordenador do curso

A Coordenadora do Curso desenvolve suas funções em regime de 10 horas de trabalho, conforme está demonstrado em sua portaria de nomeação.

2.5 Corpo docente

O corpo docente do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio será composto mediante editais específicos.

2.6 Titulação do corpo docente

O corpo docente será formado por professores graduados na área da disciplina, ou com graduação em qualquer área com especialização na área específica da disciplina, ou com curso técnico na área da disciplina com formação superior em qualquer área, dando prioridade à titulação mais elevada.

2.7. Regime de trabalho do corpo docente

O regime de trabalho do corpo docente, bem como suas atribuições, será definido de acordo com o edital específico de seleção.

O Conselho de Classe é órgão de apoio à gestão pedagógica, de caráter consultivo em qualquer instância e deliberativo, no limite de suas competências, responsável por acompanhar a vida acadêmica dos alunos e por avaliar o desempenho escolar das turmas dos Cursos Técnicos de Nível Médio.

O Conselho de Classe será presidido pelo (a) Diretor (a) de Ensino, ou por profissional sob sua designação, com a participação efetiva dos docentes das respectivas turmas, tendo a seguinte composição:

2.6.1 Diretor (a) de Ensino;



- 2.6.2 Coordenador do Curso Técnico de Nível Médio;
- 2.6.3 Todos os docentes da turma em análise;
- 2.6.4 Chefe de Departamento Apoio ao Ensino;
- 2.6.5 Coordenador de Registros Acadêmicos;
- 2.6.6 Chefe de Departamento/Coordenador de Assistência ao Educando;
- 2.6.7 Técnicos em Assuntos Educacionais, Pedagogos (Supervisão e Orientação)
- 2.6.8 Um discente representante da turma em análise;
- 2.6.9 Outros profissionais que atuam no *Campus* com apoio pedagógico.

A constituição, as competências, as formas de atuação e as orientações de funcionamento estão disciplinadas em regimento próprio.

2.8. Funcionamento do Conselho de Classe

O Conselho de Classe tem caráter analítico, propositivo e deliberativo nas Reuniões bimestrais e no Conselho de Classe Final. Sua execução ocorrerá conforme as recomendações da legislação vigentes.

DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA

3.1. Gabinetes de trabalho para coordenação e professores

Tanto no campus quanto no polo contam com salas disponíveis para a coordenação de curso, professores e coordenação de polo.

3.2 Salas de aula

A Instituição disponibiliza aos seus acadêmicos salas de aula adequadas e confortáveis, construídas em alvenaria e concreto armado, janelas em vidros temperados, revestimento em massa corrida e pintura látex/acrílica. Há em cada sala um projetor multimídia e um aparelho de TV.

As salas de aula estão mobiliadas com carteiras/cadeiras individuais, quadros brancos, climatizadas com ar condicionado Split e cortinas tipo persiana.

O *Campus* conta com salas de aula padronizadas, com capacidade para 50 alunos e planejadas para oferecer as melhores condições de aprendizagem atendendo às disposições regulamentares quanto à dimensão, iluminação, ventilação, mobiliária e limpeza diária.

3.3. Acesso dos alunos a equipamentos de informática

O *Campus* disponibiliza aos alunos, dois Laboratório de Informática, com 60 computadores, um aparelho retroprojeter, TV de 50 polegadas e quadro branco para aulas e/ou outras atividades que os professores no desenvolvimento das aulas presenciais no Campus. Além de um laboratório com 15 computadores no Polo EaD, destinado aos alunos que não tem acesso à rede web em casa nos demais dias da semana.

3.3.1 Plano de atualização tecnológica e manutenção de equipamentos

A atualização tecnológica e manutenção dos equipamentos atendem às necessidades dos cursos oferecidos, levando em conta a relação custo-benefício, bem como as tendências do mercado de trabalho.

A manutenção é feita por profissionais especializados. A operacionalização dos equipamentos é de responsabilidade dos docentes e técnicos do IFRO.

3.4. Bibliografia básica

A bibliografia utilizada é aquela produzida em conjunto pela rede e-Tec Brasil, juntamente com material disponibilizado pelos docentes de cada módulo.

3.5. Bibliografia complementar

A bibliografia complementar indicada atende aos programas das disciplinas com o mínimo de exemplares por títulos segundo orientação dos regulamentos e instrumentos indicativos do INEP/MEC para cada disciplina.

A bibliografia complementar atua como um acervo adicional na formação dos alunos, ela é recomendada pelos docentes responsáveis pelas disciplinas e supervisionada pelo coordenador de curso.

No item do ementário deste projeto, são citadas referências bibliográficas complementares que poderão auxiliar na formação dos educandos.

3.6. Periódicos especializados

A biblioteca conta, em seu acervo, com periódicos, nacionais e estrangeiros, específicos para os cursos e outros de interesse geral da comunidade acadêmica. Para tanto, são mantidas assinaturas correntes de periódicos, que podem ser ampliadas, de acordo com as indicações da comunidade acadêmica.

Além das assinaturas de periódicos, o *Campus* viabiliza acesso aos periódicos disponíveis livremente no site da CAPES e em outros bancos públicos e privados, nacionais e internacionais.

3.7. Laboratórios didáticos e especializados

No momento, encontra-se disponibilizado aos alunos laboratório de informática, estruturado com computadores conectados à internet e interligados em rede, projetor multimídia, dentre outras formas de conexão. Possibilitam a instrumentalização do aluno na linguagem de hipermídia, inserindo-o no mundo globalizado. Contam com softwares específicos, de acordo com as necessidades do curso.

3.7.1. Plano de atualização tecnológica, serviços e manutenção dos equipamentos.

Os laboratórios de informática e as instalações atendem às necessidades dos cursos atendidos, levando-se em conta o número de alunos e a relação custo-benefício.

A atualização dos laboratórios varia de acordo com as novas tecnologias, e a manutenção é feita por profissionais especializados. A operacionalização dos equipamentos é de responsabilidade dos docentes e técnicos do IFRO.

A atualização tecnológica e a manutenção de equipamentos correspondem às ações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do Plano de ação do Campus e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, que prevê a aquisição de equipamentos. Todavia, a atualização poderá ser desenvolvida também por meio de ações complementares pelos servidores do IFRO, enquanto a manutenção ficará a

cargo tanto de técnicos especializados quanto dos que manuseiam os equipamentos nos processos de formação acadêmica.

3.7.2. Infraestrutura de laboratórios específicos da área de formação

Por ser um curso de oferta pontual não está prevista a construção de laboratório específico de Segurança do Trabalho. Porém, está prevista aquisição de equipamentos, para subsidiar aulas práticas nas áreas técnicas de Higiene Ocupacional e Ergonomia, Equipamentos de Proteção Individual, Suporte Básico à Vida e Proteção Contra Incêndios. Além de firmar parcerias institucionais e visitas técnicas ao decorrer do curso.

DIMENSÃO 4 – REQUISITOS LEGAIS

- b) Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio: define carga horária de cada formação e sua área de conhecimento, sugere abordagens para os cursos, traça perfis de formação e apresenta campos de atuação profissional;
- c) Decreto 5.154/04: regulamenta o parágrafo 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei 9.394/96;
- d) Lei Federal n.º 10.098/2000: dispõe sobre a acessibilidade das pessoas portadoras de necessidade auditiva;
- e) Lei 10.436, de 24 de abril de 2002: dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais;
- f) Decreto 5.296/2004: trata de questões das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- g) Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005: regulamenta a Língua Brasileira de Sinais e regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002 e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- h) Lei 11.788/08: dispõe sobre o estágio;
- i) Lei 11.892/08: cria os Institutos Federais.
- j) Lei 9.394/96: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- k) Parecer CEB/CNE 39/2004: dispõe sobre a aplicação do Decreto 5.154/2004 na educação profissional técnica de nível médio;
- l) Resolução CEB/CNE 2/2012: institui as novas Diretrizes Curriculares

Nacionais para o Ensino Médio;

- m) Resolução CEB/CNE 6/2012: institui as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- n) Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012: institui as políticas nacionais da Pessoa com Espectro de Autismo.

Especificamente, a resolução 6/2012 do Conselho Nacional de Educação, apresenta conceitos e princípios de organização basilar para os cursos técnicos, enquanto o Catálogo Nacional específico define os perfis de formação e sugere os eixos de formação mínimos para cada caso.

4.1.1. Normativas Internas

O curso é regido também por normatizações internas que atendem à legislação nacional, quanto à vida acadêmica em geral e às dimensões, fundamentos e processos específicos de formação. Os documentos de maior recorrência são:

- a) Regimento Geral;
- b) Regimento Interno do *Campus*;
- c) Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio;
- d) Regulamento do Estágio na Educação Profissional Técnica e Nível Médio no Instituto Federal de Rondônia;
- e) Regulamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) na Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

O Regulamento da Organização Acadêmica é o documento mais importante para a orientação geral dos processos de ensino, aprendizagem e registros acadêmicos. Outras normativas, embora não listadas acima, deverão ser respeitadas na oferta do curso. O mesmo deve ser considerado quanto à legislação nacional.

41. Diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos

O *Campus* de Ariquemes é norteado pelo que preconiza a Lei Federal Nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 para definir suas políticas de atendimento às

condições de acessibilidade. Com fulcro na lei, são estabelecidas normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a eliminação de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Ademais, as políticas e ações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, em todos os *campi*, para a acessibilidade de pessoas com necessidades especiais e sua implementação, conforme o disposto na NBR 9050/2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Os atendimentos obedecerão ao disposto no Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas do IFRO.

4.3 Proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista

Com fundamento no disposto na Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, o IFRO, por intermédio do seu Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), a fim de prestar a devida e necessária proteção aos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista.

4.4 Tempo de Integralização

Este curso é fruto de uma política de qualificação pontual oferecida pela MEC por meio do programa de bolsa formação. O prazo máximo para integralização, tanto da conclusão dos módulos quanto da prática profissional é de 06 (seis) semestres.

4.5 Acessibilidade para pessoas com deficiência física

O *Campus* Ariquemes do IFRO adapta-se para proporcionar condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos às pessoas com necessidades específicas ou com mobilidade reduzida – inclusive salas de aula, biblioteca, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer, estacionamento e sanitários.

Em atendimento à Lei Federal nº 10.098/2000 e ao Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, o *Campus* Ariquemes dispõe de:

- a. ônibus adaptado para o transporte de alunos com deficiência física;

- b. rampa de acesso ao prédio principal e aos blocos de sala de aula;
- c. sanitários em todos os pavimentos, para pessoas com deficiência, com equipamentos e acessórios;
- d. corredores largos, facilitando a locomoção e acesso aos vários ambientes.

Deverá ser cumprido o estabelecido na NBR 9050 (ABNT, 2004) e legislações aplicáveis.

4.6 Acessibilidade para alunos com deficiência visual

O *Campus* de Ariquemes está se adaptando para adquirir equipamentos que favoreçam a acessibilidade para alunos com deficiência visual, a fim de facilitar o ensino aprendizagem a todos os alunos.

4.7 Acessibilidade para alunos com deficiência auditiva

Historicamente, as pessoas com necessidades educacionais específicas têm sido alvo de discriminação e preconceito em todos os aspectos da vida comunitária. Nos últimos trinta anos, porém, tem-se observado uma mudança substancial em uma longa trajetória, que tem episódios que vão desde o aniquilamento e isolamento em instituições específicas — muitas vezes tidas como “depósitos” — até a conquista de direitos assegurados em documentos oficiais em âmbito nacional e internacional. Segundo o IBGE, Censo 2000, no Brasil existem 24,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência ou incapacidade, o que representa 14,5% da população brasileira.

Um marco significativo que demonstra o avanço das conquistas dos movimentos de surdos, por exemplo, está mencionado no Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais — Libras, e o art. 18 da Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que trata da acessibilidade de pessoas com necessidades específicas.

É possível a construção de novos sentidos para o trabalho de educação no campo da diferença, a partir do momento em que a educação possa ser compreendida como um processo amplo, de gestão participativa e comprometida

com as múltiplas necessidades e possibilidades inerentes ao campo da inclusão. O *Campus Ariquemes* está se adaptando para adquirir equipamentos que favoreçam a acessibilidade para alunos com deficiência auditiva.

4.8 Informações Acadêmicas

As informações acadêmicas são parte da relação de uma instituição de ensino com a comunidade a que ela atende. Em conformidade com a Portaria Normativa Nº 40 de 12/12/2007, no seu artigo 32, a instituição de ensino precisa lançar mão de todos os instrumentos de comunicação que dispõe para manter a comunidade acadêmica informada de todas as suas ações, especialmente, aquelas que sejam de interesse de professores e alunos.

No IFRO, as informações acadêmicas são propagadas por intermédio de meios eletrônicos e virtuais, sem, no entanto, desprezar aqueles convencionais, a exemplo dos murais internos e dos comunicados impressos entregues aos discentes.

O IFRO utiliza como sistema eletrônico de controle acadêmico o SIGA –Edu, o qual está sendo migrado para SGA e tem o Portal do professor como sua principal fonte de informação acadêmica. Nele são registrados os conteúdos ministrados, a frequência e as notas atribuídas aos alunos. O docente tem acesso ao sistema para registro por meio do Portal do Professor, o aluno, por sua vez, tem acesso a essas informações pelo Portal do aluno.

DIMENSÃO 5 – DOS TEMAS GERAIS E DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

5.1 Infraestrutura do *Campus* e *Polo EaD*

Para a execução do curso será utilizada a estrutura física existente no *Campus* e no *polo EaD*. No *campus* será realizada as aulas presenciais, uma ou duas vezes por semana. No *polo* será utilizada como apoio aos alunos realizarem as atividades EaD no Ambiente Virtual de Aprendizagem AVA, além

de funcionar também a sala de coordenação de polo, coordenação de Polo e de Curso nos planejamento docente.

Na sede do *Campus*, as salas de aula possuem carteiras, quadro branco, TV e são climatizadas. No Polo a sala de aula possui carteira, TV, computadores e quadro branco.

No Polo os computadores são integrados a sala de aula convencional, já na sede do *Campus*, os laboratórios de informática são um ambiente específico equipados com computadores com acesso a internet, Data Show, e ar condicionado.

5.1.1 Infraestrutura de segurança

A instalação do *Campus* foi projetada para atender às normas do Código de Segurança e Proteção contra Incêndio – CBM/RO, por meio da instalação dos seguintes sistemas:

- ✓ extintores CO₂ nos corredores;
- ✓ saída de emergência;
- ✓ luminárias de emergência;
- ✓ sinalizações;
- ✓ parte elétrica: Subestação e quadros de distribuição compatíveis com as cargas.

5.1.2 Biblioteca

O *Campus* oferece na sua sede ampla biblioteca, em ambiente climatizado, dinâmico e organizado, contendo referências bibliográficas imprescindíveis a sua formação. Entende-se que o conhecimento construído ao longo dos tempos, especialmente sistematizados em livros e outras formas de divulgação, deve ser objeto de estudo e ficar disponibilizado aos alunos, para a fundamentação teórica de suas atividades estudiantis e profissionais. Por isso, salienta-se a importância a ser dada a biblioteca, que contará ainda com acervo virtual de consulta e sistemas de acesso a este acervo.

As ementas trazem uma lista de bibliografia básica que estará presente na biblioteca do *Campus*. Haverá ainda vários outros materiais, citados ou não, voltados para a área, nas mais diversas mídias, como CDs, DVDs, arquivos virtuais e outros. Os referenciais mais importantes encontram-se descritos nos planos de disciplina

contidos neste PPC, aos quais serão somados outros.

O sistema informatizado propicia a reserva de exemplares cuja política de empréstimos prevê um prazo máximo de 14 (catorze) dias para o aluno e 21 (vinte e um) dias para os professores, além de manter pelo menos 1 (um) volume para consultas na própria Instituição. O acervo deverá estar dividido por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros e periódicos contemplando todas as áreas de abrangência do curso.

5.1.3. Espaços para eventos

O *Campus* utiliza a quadra poliesportiva como espaço destinado a eventos. As atividades que requeiram espaços maiores serão realizadas em órgãos públicos ou privados via parceria com o IFRO – *Campus* Ariquemes.

5.1.4. Instalações sanitárias

As instalações sanitárias do *Campus* foram construídas de acordo com as normas hidro sanitárias da concessionária local, composto de banheiros masculinos e femininos, ambos prevendo sanitários para atendimento às pessoas com necessidades especiais.

Os conjuntos sanitários para atendimento às pessoas com necessidades especiais possuem um vaso sanitário com corrimão nas laterais e uma cuba de lavabo na altura própria para o cadeirante.

5.2 Organizações do controle acadêmico

A organização do controle acadêmico segue as normas regimentais estabelecidas nos documentos gerais do IFRO e também nos documentos internos de cada *Campus*. O órgão central de desempenho das atividades acadêmico-administrativas é a Coordenação de Registros Acadêmicos, denominada tão somente CRA. O controle da organização acadêmica dá-se por meio de sistema eletrônico denominado SIGA-Edu.

O registro e o controle acadêmico de matrícula, trancamento, transferência e aproveitamento de estudos são de responsabilidade da Coordenação de Registros

Acadêmicos. As questões acadêmicas, expedição de atestados, históricos escolares, registro de diplomas, entre outras atividades também estão a cargo da Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA).

A verificação e o registro de frequência, notas, aprovação/reprovação são atribuições do professor. Enquanto que instrução, avaliação dos planos de ensino, resultados, aproveitamentos, encerramentos das etapas, acompanhamento dos calendários ficam sob responsabilidade do Departamento de Apoio ao Ensino (DAPE).

A CRA é o órgão de apoio ao qual compete centralizar todo o movimento acadêmico de cada *campi* e é dirigida por um coordenador, sob a orientação da Diretoria de Ensino.

O coordenador tem sob sua guarda e responsabilidade todos os livros e sistemas de escrituração escolar, arquivos, prontuários dos alunos e demais assentamentos em livros e sistemas de registros fixados pelo Regimento Geral, pelo Regulamento da Organização Acadêmica e pela legislação vigente.

À CRA compete:

- I. Inscrever os candidatos à seleção e admissão;
- II. Proceder à matrícula dos alunos;
- III. Expedir documentação escolar geral;
- IV. Expedir diplomas e certificados;
- V. Organizar e manter atualizados arquivos e fichários;
- VI. Manter o controle dos registros acadêmicos;
- VII. Divulgar as diversas atividades do setor escolar;
- VIII. Executar outros trabalhos que lhes sejam atribuídos pelo diretor de ensino;

Ao coordenador compete:

2.6.10 Dirigir a CRA, observadas as normas regimentais, e as que lhe forem conferidas pelos órgãos e instâncias superiores;

2.6.11 Desenvolver todas as atividades que lhe for designada no Regimento Geral, nos Regulamentos da organização Acadêmica e nos demais documentos e legislação vigente.

5.3 Setores de apoio pedagógico e técnico-administrativo

A seguir, indicamos os principais setores em que atua a equipe de apoio pedagógico e técnico-administrativo e os principais serviços oferecidos pela instituição de ensino no desenvolvimento do ensino, da aprendizagem, da extensão e da pesquisa.

5.3.1 Diretoria de Ensino (DE)

A Diretoria de Ensino, vinculada à Direção-Geral, é o órgão executivo responsável pelo planejamento, avaliação, instrução e acompanhamento do processo pedagógico-administrativo e do controle acadêmico, especialmente no âmbito dos Cursos Técnicos e de Graduação, presenciais e a distância, devendo alinhar suas atividades com as diretrizes emanadas da Direção-Geral e da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN).

5.3.1.1 Departamento de Apoio ao Ensino (DAPE)

O Departamento de Apoio ao Ensino, vinculado à Diretoria de Ensino, é o órgão que abrange as Coordenações que atuam nos processos de instrução e acompanhamento do ensino e aprendizagem no âmbito dos Cursos Técnicos e de Graduação, bem como atua em uma ação integrada com os Departamentos de Extensão e de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, quanto aos registros acadêmicos, serviços de biblioteca e outras ações delegadas pela chefia imediata.

5.3.1.2 Coordenação de Assistência ao Educando (CAED)

A Coordenação de Assistência ao Educando, vinculada à Diretoria de Ensino, é o setor responsável pela elaboração, coordenação e execução de planos, programas e projetos de assistência estudantil, assessoramento pedagógico e promoção social, visando o desenvolvimento físico, psíquico e social dos discentes do *Campus*, por meio de ações que favoreçam à permanência e êxito no processo de formação, tem ainda como serviços específicos:

- ✓ Serviço Social: prestará assistência ao aluno em relação aos aspectos socioeconômicos, que envolvem: construção do perfil socioeconômico dos que ingressam no IFRO; levantamento de necessidades; elaboração de planos de apoio financeiro que envolvam, por exemplo, bolsa-trabalho e

bolsa-monitoria; realização de outras atividades de atendimento favorável à permanência do aluno no curso e ao seu bem-estar;

- ✓ Orientação Educacional: oferece orientação aos alunos quanto a aproveitamento, frequência, relações de interação e outros princípios voltados para o bom desenvolvimento dos estudos, orienta os alunos quanto ao comportamento e compromisso com as regras e com os estudos;
- ✓ Serviço de Psicologia: atenderá aos alunos em relação aos aspectos psicológicos, por meio de orientações, estudos de caso, diagnósticos e atendimentos de rotina.

5.3.1.3 Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA)

Coordenação de Registros Acadêmicos é um setor de registro, acompanhamento, informação e controle de notas, frequência e outros dados relativos à vida escolar do aluno, incluindo-se trâmites para expedição de diplomas.

5.3.1.4 Coordenação de Biblioteca (CBIB)

Coordenação de Biblioteca: registra, organiza, cataloga, informa, distribui e recolhe livros e outras obras de leitura; interagem com professores, alunos e demais agentes internos ou externos para o aproveitamento das obras da biblioteca no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem e/ou da formação geral.

5.4. Departamento de Extensão (DEPEX)

Orienta os agentes das comunidades interna e externa para o desenvolvimento de projetos de extensão, considerando a relevância dos projetos e a viabilidade financeira, pedagógica e instrumental do *Campus*; participa de atividades de divulgação e aplicação dos projetos, sempre que oportuno e necessário; oferece orientação vocacional aos alunos. Por meio da Coordenação de integração entre Escola, Empresa e Comunidade, cumprirá as atividades de rotina relativas a estágio (levantamento de vagas de estágio, credenciamento de empresas, encaminhamento ao mercado de trabalho, estabelecimento de relação quantitativa e qualitativa adequada entre alunos e docentes orientadores, e outros), desenvolverá planos de intervenção para conquista do primeiro emprego,

acompanhará egressos por meio de projetos de integração permanente, construirá banco de dados de formandos e egressos, fará as diligências para visitas técnicas, dentre outras funções. Em geral, o Departamento de Extensão apoia a administração, a Diretoria de Ensino e todos os membros das comunidades (interna e externa) no desenvolvimento de projetos que favoreçam ao fomento do ensino e da aprendizagem. Usa como estratégia a projeção, a instrução, a logística, a intermediação e o marketing.

5.5. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (DEPESP)

Atende às necessidades da instituição também de forma articulatória, relacionando a pesquisa e a inovação com as atividades de ensino; respondem pela necessidade de informação, organização e direcionamento das atividades afins, atentando-se para as novas descobertas e o desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento de pessoas e processos. Por meio da Coordenação de Pesquisa e Inovação, trabalhará com programas de fomento, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica — PIBIC Júnior — e outros, e projetos específicos de desenvolvimento da pesquisa, desenvolvidos no âmbito interno ou não, envolvendo apenas os alunos e professores como também a comunidade externa.

5.6. Coordenação de Tecnologia da Informação (CGTI)

É um setor que trabalha pela automação e desenvolvimento de sistemas nos mais diversos níveis e segmentos, envolvendo: Gestão da Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) dos Institutos Federais; Observatório Nacional do Mundo do Trabalho; EPT Virtual; Portal Nacional de EPT; EPT Internacional; Acessibilidade Virtual; Controle Acadêmico (responsável pelo controle da documentação do aluno na instituição), dentre outros programas, sistemas e processos.

5.7. Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE)

Os alunos que se encontrarem com alguma desigualdade social que implique em uma dificuldade extraordinária para a sua permanência no curso poderão contar com o serviço de apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades

Educacionais Específicas — NAPNE. Dentre as principais atividades previstas, pode ser citada a oferta de instrumentos especiais para pessoas com deficiência física (órteses, próteses, equipamentos para a superação de baixa visão ou baixa audição), o desenvolvimento de ações para a superação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas, a criação e aplicação de estratégias para a garantia da educação inclusiva e a articulação com órgãos públicos, empresas privadas, grupos comunitários, organizações não governamentais e outros grupos ou pessoas que possam atuar em favor da inclusão. Informações mais completas podem ser conferidas no projeto de implantação do Núcleo.

5.8. Políticas especiais do IFRO

5.8.1 Políticas de educação inclusiva

A sociedade é formada por indivíduos diferentes, e aqueles que estão fora do padrão da maioria, geralmente, são marginalizados, estereotipados e/ou relegados ao que, modernamente, são chamados de grupos de minorias. Segundo Santos e Paulino (2008, p. 70):

Historicamente, a dialética exclusiva/inclusiva vem galgando caminhos tortuosos e modificando-se de acordo com a sua época. Desta maneira, pode-se constatar a formação de diversos grupos de excluídos que se modificam a cada dia e compõem uma série de movimentos em favor dos direitos sociais e de participação, buscando minimizar as exclusões que podem ser percebidos nitidamente em muitas situações, de forma velada em outras e muitas vezes até mesmo mascaradas.

Procurando se adequar à modernidade inclusiva e a esse novo mundo de diversidades que se organizam em grupos de minorias excluídas; o IFRO, com o propósito de tratar os iguais com igualdade e os desiguais com desigualdade, na medida de suas desigualdades, a fim de igualar os desiguais aos iguais, vem desenvolvendo políticas denominadas de inclusivas para atender as camadas sociais excluídas dos sistemas educacionais a fim de nivelá-las aos demais membros da sociedade (ABNT, 2004; CARNEIRO 2010 Assim sendo, como está preconizado no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (2014):

Todas as obras recentes realizadas pelo Instituto Federal de Rondônia já contemplam em seus projetos as recomendações da legislação vigente no que refere às questões de acessibilidade. Edificações pré-existentes incorporadas ao IFRO ao longo do tempo e que, porventura, não possuíam acessibilidade, foram adequadas.

Nesse sentido, outra questão a se destacar, é a Resolução nº30/2011, que



disciplina a organização, o funcionamento e as atribuições dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNEs, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. Entre suas principais características, destacam-se os procedimentos para sua efetiva implantação, que tem como objetivo principal, criar a cultura da educação para a convivência, a aceitação da diversidade, a eliminação das barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais, incluindo socialmente a todos por meio da educação.

Informamos também que duas metas apresentadas no presente documento contribuem para a regulamentação da acessibilidade e para o atendimento prioritário em âmbito institucional. A Pró-Reitoria de Administração – PROAD – tem como meta para o ano de 2015, a elaboração do Plano de Desenvolvimento Físico do IFRO (PDF), que passará a oferecer documentalmente, de maneira mais detalhada, as especificidades técnicas de construção para atendimento ao disposto, atendendo as necessidades de cada Campus, em consonância com os objetivos institucionais e a legislação vigente. Em complemento a essa ação, a reitoria tem como meta a elaboração do Plano de Acessibilidade e Atendimento Prioritário do IFRO, que, como o nome sugere, passará a servir como referência documental da instituição para essa finalidade, contemplando os estudos já realizados pelo NAPNE, bem como do PDF, a ser desenvolvido pela PROAD.

O ensino e a aprendizagem têm interessado, sobremaneira, pesquisadores, professores, gestores e também às famílias, especialmente, no que concerne à educação especial inclusiva. No âmbito do Instituto Federal de Educação de Rondônia, isso não é diferente. Apesar de sua jovialidade, o IFRO tem demonstrado que pode fazer a diferença oferecendo à sociedade uma educação isonômica para todos. Todos os seus *campi* têm procurado incluir os mais diversos sujeitos socialmente constituídos para que façam parte do sistema nacional de educação básica, técnica e superior, sem qualquer tipo de discriminação, pautando sempre pelo zelo aos princípios constitucionais de respeito à dignidade da pessoa humana, da liberdade de ir e vir e da igualdade entre todos (Constituição Federal, 1988).

5.9. Certificação de Conclusão de Curso

O aluno poderá solicitar o certificado de conclusão de curso após concluir, com aproveitamento mínimo satisfatório, todos os módulos que compõe matriz curricular, incluindo a prática profissional supervisionada. Conforme orientações do artigo 7º do Decreto 5.154/2004, o artigo 38 da Resolução 6/2012 do Conselho Nacional de Educação e o Regulamento da Emissão de Certificados e Diplomas em vigência do IFRO.

5.10. Acesso a equipamentos de informática pelos docentes

Todos os docentes do *Campus* têm acesso a equipamentos de informática que estão distribuídos nos laboratórios, salas de aulas e, futuramente, em todos os espaços acadêmicos.

A Instituição disponibiliza em seus três turnos de funcionamento, os laboratórios de informática, composto com máquinas e equipamentos de última geração.

Além do laboratório, os docentes contam ainda com equipamentos de informática instalados nas coordenadorias dos cursos, diretoria de ensino, departamentos/coordenações de pesquisa e extensão e serviço de apoio psicopedagógico.

Os microcomputadores disponibilizados aos docentes permitem, também, acesso, por intermédio do Sistema, às informações sobre as suas turmas, impressão do diário de classe, cadastro de notas, faltas, conteúdo e relatórios, podendo assim, acompanhar o rendimento acadêmico de cada aluno em tempo real e de qualquer lugar.

6. REFERÊNCIAS

ABNT (2004). NBR 9050. **Norma Brasileira de Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência às Edificações, Espaço Mobiliário e Equipamentos Urbanos**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas. Disponível em:

<

http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf >. Acesso em: 01 dez. 2017.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, **Lei nº. 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, n. 79, 28 abr. 1999.

_____. **Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos.** – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

_____. **Constituição DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado>. Acesso em: 05 de dezembro de 2017.

_____. Congresso Nacional. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 30 dez. 2008a.

_____. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 15 dez. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Decreto Federal nº. 5.622, de 20.12.2005.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm. Acesso em: 15 dez. 2012.

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>.
Acesso em 08 de dezembro de 2017.

_____. **Decreto 5.296 de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> Acesso em: 15 dez. 2017.

_____. **Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm>.
Acesso em: 30 nov. 2017.

_____. Diário Oficial da União. **Portaria Normativa n.º 40, de 12 de dezembro de 2007.** Publicada no DOU, n.º Nº 239, quinta-feira, 13 de dezembro de 2007. ISSN 1677-7042. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/ead/port_40-.pdf>. Acesso: 24 de nov. de 2017.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.** Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 20 nov. 2017.

_____. **Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes [...] e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 set. 2008. [2008b].** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 22 nov. 2017

_____. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.** Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm> . Acesso em: 20 nov. 2017.

_____. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Dispõe sobre as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas**

portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm> . Acesso em: 20 nov. 2017

_____. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília:1996.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 10 de dez. 2017

_____. **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 24 set. 1997.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9503.htm>. Acesso em 11 dez. 2017.

_____. **Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985. Dispõe sobre a Especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a Profissão de Técnico de Segurança do Trabalho, e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 nov. 1985. p.17421.

_____. **Lei Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014. PNE – Plano Nacional de Educação.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em 11 de dezembro de 2017.

_____. **Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; Presidência da República .Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2012.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 05 de dez. 2017.

_____. **Ministério do Trabalho e Emprego. Gabinete do Ministro. Portaria nº 3.275, de 21 de setembro de 1989.** Define as atividades do Técnico de Segurança do Trabalho. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 set. 1989. p. 16966-16967.

_____. **Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Disponível em:
<ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes_2002/por2678_24092002.doc>. Acesso em: 26 de nov. 2017.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1999.

_____. **Ministério da Educação**. Altera a resolução CD/FNDE nº 62, de 11 de Novembro de 2011. Resolução n. 4, de 16 de Março de 2012.

_____. **Ministério do Trabalho E Emprego**. Cartilha esclarecedora sobre a lei do estágio: lei 11.788/2008. Brasília, 2008.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1999**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 nov. 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 15 de dez. 2017.

_____. **PARECER CNE/CEB Nº 39/2004. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer392004.pdf>. Acesso em 10 dez. 2017.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 11/2008, aprovado em 12 de junho de 2008. Proposta de instituição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior-seres/190-secretarias-112877938/setec-1749372213/12683-tecnico-de-nivel-medio>. Acesso em: 01 de dez. 2018.

Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior-seres/190-secretarias-112877938/setec-1749372213/12683-tecnico-de-nivel-medio>. Acesso em: 01 de dez. 2018.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 40/2004. Trata das normas para execução de avaliação, reconhecimento e certificação de estudos previstos no Artigo 41**

da **Lei nº 9.394/96 (LDB)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior-seres/190-secretarias-112877938/setec-1749372213/12683-tecnico-de-nivel-medio>. Acesso em: 01 de dez. 2018.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 16/99. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior-seres/190-secretarias-112877938/setec-1749372213/12683-tecnico-de-nivel-medio>. Acesso em: 01 de dez. 2018.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 17/97. Estabelece as diretrizes operacionais para a educação profissional em nível nacional**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior-seres/190-secretarias-112877938/setec-1749372213/12683-tecnico-de-nivel-medio>. Acesso em: 01 de dez. 2018.

_____. **RESOLUÇÃO Nº 6, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/educacao-quilombola-/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/17417-ceb-2012> >. Acesse em 30 de nov. 2017.

CARNEIRO, Amanda de Abreu Cerqueira. **Plano nacional dos direitos humanos**. Pretende o legislador instituir regime de "democracia ditada"? Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 15, n. 2406, 1 fev. 2010. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/14275>>. Acesso em: 20 dez. 2017

Catapan, A. H.; Kassick, C. N.; Otero, W. R. I. **Currículo referência para o sistema e-Tec Brasil: uma construção coletiva**. Florianópolis: PCEADIS/CNPq, 2011. 510 p.

CNE/CP. Resolução 01/2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: 16 de novembro de 2017.

FORGRAD. **Diretrizes curriculares para a formação de professores:** concepções e implementação. 2002. Disponível em <http://www.forgrad.org.br/pages/publicacoes.htm>. Acesso em: 17 dez. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 43^a. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

Gaspar, Maria Ivone - **Duas metodologias de ensino em educação a distância online.** "Discursos [Em linha]: perspectivas em educação". ISSN 0872-0738. Nº 1 (Dez. 2003), p. 65-75. Disponível em:< <http://hdl.handle.net/10400.2/149> > . Acesso em: 15 nov. 2017.

GATTI, B.A. **Habilidades cognitivas e competências sociais.** Santiago: Laboratório Latinoamericano de Avaliação da Qualidade da Avaliação, UNESCO, 1997. p. 20. (série Azul, nº 6). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001836/183655por.pdf>.> Acesso em: 02 de dezembro de 2017.

IBGE. **Censo Demográfico 2000 – Características Gerais da População. Resultados da Amostra.** IBGE, 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default_populacao.shtm>. Público acesso em 02 de nov. de 2017.

IFRO. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2014 – 2018).** Disponível em: http://ifro.edu.br/consup/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=753&Itemid=11. Acesso em: 13 de dezembro de 2016.

_____. **Resolução 18/CONSUP/IFRO/2011. Dispõe sobre o Regulamento do Comitê de Ética em Pesquisa e Inovação – CEPI,** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Disponível em: http://www.ifro.edu.br/consup/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=47&Itemid=11. Acesso em: 13 de janeiro de 2017.

_____. **Resolução 79/CONSUP/IFRO/2016. Dispõe sobre o Regulamento de Estágio dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.** Disponível em:

[http://www.ifro.edu.br/consup/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=759 &Itemid=11](http://www.ifro.edu.br/consup/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=759&Itemid=11). Acesso em: 13 de janeiro de 2017.

_____. **Resolução nº 30/CONSUP/IFRO, de 03 de outubro de 2011. Dispõe sobre o Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.** Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/images/Campi/Colorado_do_Oeste/Documentos/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n._30_-_Regulamento_NAPNE.pdf> . Acesso em: 30 nov. 2017.

_____. **Resolução 88/CONSUP/IRO/2016. Dispõe sobre o Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.** Disponível em: http://www.ifro.edu.br/consup/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=753&tmpl=component&format=raw&Itemid=11> . Acesso em: 13 de janeiro de 2017.

_____. **Regulamento de Organização Acadêmica.** Porto Velho: IFRO, 2016. Disponível em:

_____. **Regulamento de Estágio nos Cursos Técnicos de Nível Médio.** Porto Velho: IFRO, 2016.

_____. **Regulamento da Emissão, Registro e Expedição de Certificados e Diplomas.** Porto Velho: IFRO, 2012.

_____. **Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas — NAPNEs/IFRO.** Porto Velho: IFRO, 2011.

_____. **Regulamento de Elaboração e Reformulação de Projetos Pedagógicos e de suspensão Temporária e Extinção de Cursos.** Porto Velho. IFRO. 2016.

JÓFILI, Zélia e SILVA, Maria de Fátima Gomes. Paulo Freire: **diálogos e práticas educativas.** Recife: Bagaço, 2012.

LUCKESI, C. C. (1995) **Avaliação da aprendizagem escolar.** São Paulo: Cortez.
MACIENTE, A. N. A Mensuração das Competências Cognitivas e Técnicas das Ocupações Brasileira. **Radar nº 23 - Dezembro de 2012.** Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5369>. Acesso em 03 de dezembro de

2017

NETO, João Fernandes. **Das Concepções às Práticas: Educação Ambiental, Meio Ambiente e Qualidade de Vida no Ensino Fundamental**. SESI - SP Editora. Programa Publique-se. 2012.

PRIMI, R.; Santos, A. A. A. dos.; Vendramini, C. M.; Taxa, F.; Muller, F. A.; Lukjanenko, M. de F.; Sampaio, I. S. **Competências e Habilidades Cognitivas: Diferentes Definições dos Mesmos Construtos**. Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, Mai-Ago 2001, Vol. 17 n. 2, pp. 151-159.

Revista Veredas Amazônicas – jan./jun. – Vol II, Nº 01, 2012. Issn: 2237- 4043.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze sobre educação e política. 36ª ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 2003

SANTOS, M. P.; PAULINO, M. M. **Inclusão em Educação**: Uma visão geral. In: Santos, M. P dos.; Paulino, M. M. (orgs.). **Inclusão em Educação: Culturas, Políticas e Práticas**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.